



UFSM

Dissertação de Mestrado

**PODER LOCAL, ESPAÇOS PARA A CIDADANIA:
UM ESTUDO DE CASO**

Assis Roque Vizzotto

Mestrado Integração Latino-Americana

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**PODER LOCAL, ESPAÇOS PARA A CIDADANIA:
UM ESTUDO DE CASO**

por
Assis Roque Vizzotto

Dissertação de Mestrado apresentado ao
Curso de Mestrado de Integração Latino-Americana
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Integração Latino-Americana

MILA

Santa Maria, RS, Brasil

2004

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Pós-graduação no Integração Latino-Americana – Mestrado

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Pós-graduação

**PODER LOCAL, ESPAÇOS PARA A CIDADANIA:
UM ESTUDO DE CASO**

elaborada por
Assis Roque Vizzotto

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre no Curso em Integração Latino-Americana

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM / /2004.

Prof. Orientador Phd. Dr. Jorge Luis Cunha

Prof. Dr. Luís Gustavo Mello Grohmann

Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin

Santa Maria, 25 de Agosto de 2004.

Dedicatória

Dedico:

À Mariza, companheira de todos os momentos e aos filhos Mariana, Bruno e Cassiano, um carinho muito especial.

Aos amigos e colegas de trabalho pelo apoio e compreensão.

A todos os que, através da educação, e do trabalho promovem a grandeza de nosso país.

Agradecimentos

Aos professores e funcionários do MILA – Mestrado e Integração Latino Americano.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente prestaram informações e dados para a elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	VIII
LISTA DE SIGLAS.....	XII
RESUMO.....	XIII
ABSTRACT	XIV
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II	
QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL: SURGIMENTO E COLONIZAÇÃO	12
CAPÍTULO III	
SURGIMENTO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE FAXINAL DO SOTURNO.....	19
3.1 - Situação e Localização	19
3.2 - Primeiros Tempos.....	20
3.3 - Colonização Italiana em Faxinal do Soturno.....	22
3.4 - Denominação do Espaço e Local	25
3.5 - Faxinal do Soturno: Emancipação Político-Administrativa	27
3.6 - Descentralização Política: uma Forma de Aproximar Governante e Governado e Desenvolver Serviços Básicos ao Local	32
CAPÍTULO IV	
ELEIÇÃO DO PRIMEIRO PREFEITO E TENTATIVA FRUSTRADA DE “IMPEACHMENT”. UM ESPAÇO POLÍTICO QUE SURGE FRAGMENTADO.....	39
4.1 - Tentativa de “impeachment”: uma causa da emancipação de Dona Francisca?	45
CAPÍTULO V	
EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE DONA FRANCISCA, UMA ALTERNATIVA DE DESCENTRALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA A CIDADANIA EM PEQUENOS ESPAÇOS LOCAIS	54

5.1 - Dona Francisca: Primeiros Tempos.....	57
5.2 - Desenvolvimento da Agricultura	60
5.3 - Desenvolvimento da Educação.....	63
5.4 - Descentralização e Desenvolvimento de Infra-Estrutura e Obras.....	66
5.5 - Desenvolvimento da Saúde	69
CAPÍTULO VI	
SURGIMENTO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE.....	70
6.1 - Primeiros Passos	70
6.2 - Características Gerais do Município	71
6.3 - Emancipação Política de São João do Polêsine: uma Realidade Conseguida através de Lutas e persistência da comunidade	72
6.4 - Emancipação Política de São João do Polêsine - Aprimora-se Relações entre Governante e Governado.....	76
6.5 - Poder Local - Uma Alternativa para a Oferta de Serviços Básicos ao Cidadão.....	82
CAPÍTULO VII	
DESMEMBRAMENTOS: A CONSOLIDAÇÃO DE TRÊS NOVAS REALIDADES APROXIMANDO OS SERVIÇOS BÁSICOS AO CIDADÃO	90
7.1 - Faxinal do Soturno.....	90
7.2 - Dona Francisca: Surge o Segundo Espaço Autônomo no Território.....	98
7.3 - São João do Polêsine: a consolidação da descentralização política, através da aproximação de serviços básicos ao cidadão... ..	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
BIBLIOGRAFIA.....	120

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Condições para a emancipação no RS.....	15
TABELA 2 - Resultado das eleições para a sede do novo município em 1958.....	31
TABELA 3 - Número de escolas na área do município de Faxinal do Soturno.	34
TABELA 4 - Porcentagem de analfabetos no município de Faxinal do Soturno.	35
TABELA 5 - Número de logradouros com infra-estrutura básica, calçamento, saneamento e iluminação pública, incluindo a sede e os municípios.	36
TABELA 7 - Mapa da eleição para vereadores de 08 de novembro de 1959.....	41
TABELA 8 - Resultado das eleições do primeiro prefeito de Faxinal do Soturno.	41
TABELA 9 - Área dos principais produtos cultivados em Dona Francisca em 1995.....	61
TABELA 10 - Produtividade média de arroz por hectare do município de Dona Francisca, da região e do do Estado em 1995.	62
TABELA 11 - Porcentagem de residências de alvenaria e madeira nos perímetros urbanos de Dona Francisca, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine em 1995.	63
TABELA 12 - Número de escolas em Dona Francisca.	64
TABELA 13 - Porcentagem média de pessoas alfabetizadas em Dona Francisca, na região e no Estado.	65
TABELA 14 - Número de ruas com calçamento, saneamento e infraestrutura básica.	67

TABELA 15 - Porcentagem de residências servidas por água potável em Dona Francisca.....	67
TABELA 16 - Número de telefones em Dona Francisca.....	68
TABELA 17 - Eleitores que votaram no plebiscito no município de São João do Polêsine.	76
TABELA 18 - Cultura do arroz em São João do Polêsine.....	79
TABELA 19 - Produtos cultivados no município de São João do Polêsine em 1995.....	79
TABELA 20 - Número de telefones instalados em São João do Polêsine.	83
TABELA 21 - Porcentagem de domicílios beneficiados com saneamento básico e água tratada em São João do Polêsine.....	83
TABELA 22 - Número de policiais efetivos em São João do Polêsine.....	84
TABELA 23 - Porcentagem de crianças em idade escolar que frequentam o ensino básico em São João do Polêsine.	85
TABELA 24 - Porcentagem da população urbana e rural de São João do Polêsine em 1995.	87
TABELA 25 - Coeficiente de participação do FPM no território faxinalense.	90
TABELA 26 - Evolução da receita municipal de Faxinal do Soturno.....	91
TABELA 27 - Demonstrativo do decréscimo da área e da população do território do município de Faxinal do Soturno.....	92
TABELA 28 - Porcentagem da aplicação da receita do município de Faxinal do Soturno.....	92
TABELA 29 - Estradas municipais de Faxinal do Soturno.	93
TABELA 30 - Investimento por aluno realizado pela Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno.....	94
TABELA 31 - Porcentagem de habitantes alfabetizados no município de Faxinal do Soturno.....	94
TABELA 32 - Comprometimento da receita municipal com a folha de pagamento.....	95

TABELA 33 - Custo médio e Porcentagem do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores e Gabinete do prefeito.	96
TABELA 34 - Evolução da arrecadação e dos gastos por habitante no município de Faxinal do Soturno.....	97
TABELA 35 - Evolução da receita de Dona Francisca em Reais.....	98
TABELA 36 - Área de arroz cultivada no município de Dona Francisca. .	99
TABELA 37 - Composição do orçamento do município de Dona Francisca.	100
TABELA 38 - Porcentagem da receita aplicada por Secretaria no município de Dona Francisca.....	100
TABELA 39 - Percentual de comprometimento da receita municipal da folha de pagamento no município de Dona Francisca.	101
TABELA 40 - Porcentagem dos gastos realizados pelo Executivo, com cargos políticos e o poder Legislativo do Município de Dona Francisca.	102
TABELA 41 - Evolução da aplicação por habitante do orçamento da Prefeitura Municipal de Dona Francisca.	102
TABELA 42 - Evolução da receita e investimento por habitante no município de São João do Polêsine.....	104
TABELA 43 - Número de ruas com calçamento, iluminação e saneamento básico na cidade de São João do Polêsine.	104
TABELA 44 - Composição do orçamento do município de São João do Polêsine.	105
TABELA 45 - Porcentagem dos recursos do orçamento aplicado em serviços básicos essenciais em São João do Polêsine.	105
TABELA 46 - Gasto médio por aluno das escolas do município de São João do Polêsine.	106
TABELA 47 - Número de postos municipais de saúde em São João do Polêsine.	107

TABELA 48 - Comprometimento da receita municipal com a folha de pagamento da máquina administrativa de São João do Polêsine.....	107
TABELA 49 - Porcentagem do orçamento gasto com o Legislativo e cargos políticos da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.....	108
TABELA 50 - Porcentagem de residências do perímetro urbano de São João do Polêsine contempladas com serviços básicos essenciais.....	109

LISTA DE SIGLAS

- F.P.M. – Fundo de Participação dos Municípios
- I.C.M.S. – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
- I.P.T.U. – Imposto Predial Territorial Urbano
- I.P.V.A. – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
- I.S.S.Q.N. – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- I.P.I. – Impostos sobre Produtos Industrializados
- I.R.P.F. – Imposto de Renda sobre Pessoa Física
- I.T.B.I. – Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis

RESUMO

**PODER LOCAL, ESPAÇOS PARA A CIDADANIA:
UM ESTUDO DE CASO****AUTOR: ASSIS ROQUE VIZZOTTO**ORIENTADOR: PHD. DR. JORGE LUIS CUNHA
CCSH/UFSM, SET. 2004

Este trabalho faz um estudo sobre o poder local, e suas relações com o processo de construção da cidadania, cuja real efetivação só acontece quando o cidadão tiver pleno acesso aos serviços básicos essenciais. Participação e acesso a educação, saúde, habitação, segurança, trabalho, são condições indispensáveis para o desenvolvimento integral do ser humano. Nesse sentido apresentamos um estudo das emancipações ocorridas em Faxinal do Soturno-RS com levantamentos sócio-econômicos pré e pós emancipatório. Os resultados apresentam uma oferta maior de serviços básicos ao cidadão tanto na cidade quanto no interior, promovendo o bem estar e a liberdade fundamental do cidadão de participar na escolha de seu governante. A proximidade permite uma transparência maior nas relações políticas, é preciso descentralizar os conceitos básicos para melhor desenvolver a cidadania.

ABSTRACT

**LOCAL POWER, SPACES FOR THE CITIZENSHIP:
A STUDY OF CASE****AUTOR: ASSIS ROQUE VIZZOTTO**ORIENTADOR: PHD. DR. JORGE LUIS CUNHA
CCSH/UFSM, SET. 2004

This work makes a study about the local power, and its relationship with the process of construction of the citizenship, whose actual effectiveness happens only when the citizen has full access to the basic essential services. Participation and access to education, healthiness, habitation, safeness, and work, are indispensable conditions to the whole development to the human being. In this sense, this work shows a study about political emancipations occurred in Faxinal do Soturno-RS with before and after socioeconomic emancipation. The results show a major offer of basic services to the so much citizen in the city as in the interior, promoting the welfare and the fundamental freedom of the citizen to choose his government. This nearness allows a major transparency in the complex political relationships. So it's necessary to decentralize the politic power in order to develop the citizenship in a better way.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Ao longo de nossa história acadêmica, preocupou-nos, sobremaneira, a problemática sobre os princípios básicos essenciais para possibilitar a construção, com mais transparência, de relações entre governante e governados.

Do ideal fomos para o real, e encontramos na proximidade um fator preponderante para a prática da cidadania.

Nossa temática faz uma abordagem sobre aspectos históricos, políticos, econômicos e culturais sobre a política local, baseada principalmente em pesquisas de campo por nós efetuadas. Tal exposição de fatos expõe a dimensão prática da política, separando decisivamente teorias que pensam a política referindo-se a uma transcendência, é o caso da “bela cidade”¹ de Platão.

A tomada de consciência sobre a necessidade de repensarmos as relações entre governante e governado aponta-nos para a importância da diminuição física e espacial do território como fator relevante para a construção de autonomia e descentralização dos serviços básicos essenciais ao cidadão.

Neste caso, a proximidade entre governante e governado permite uma transparência maior nas relações bilaterais.

¹ RUBI, Cristian. Introdução a Filosofia Política. p.17

Assim torna-se necessário uma mudança nas constituições Latino-Americanas, no sentido de facilitar autonomia política das cidades.

A criação de novos espaços políticos locais possibilita o surgimento de novas modalidades de desenvolvimento de identidades e peculiaridades locais e isso significa um alargamento de fronteiras para construir participação e cidadania.

Essas modificações qualitativas no exercício do poder local vão se evidenciar de forma muito concreta nos diversos setores da vida da cidade.

Educação, saúde, segurança, assistência ao cidadão do interior, habitação e saneamento são pilares básicos essenciais para uma cultura da cidadania e dignidade de vida.

Além do desenvolvimento da cidadania, o microcosmo local contribui decisivamente para a transparência e aprimora as relações democráticas na América Latina.

Outro elemento de fundamental importância para a concretização de um vínculo do governante com o cidadão é a sensibilidade política e social deste com a cidade, ou seja, as tragédias que acaso reservam por vezes, em nosso cotidiano, fenômenos da natureza como enchentes, vendavais, incêndios... A quem recorrer? Ao estado distante? Ou ao poder político local e às entidades empresariais e representativas?

Mas a sensibilidade política e social do governante com o governado só acontece com o estar ali na proximidade presente. Ali é que as relações em áreas fundamentais, como acesso a educação saúde segurança são melhor solucionadas.

A sensibilidade política e social do governante com o governado em pequenos espaços locais possui a característica de preservar aspectos históricos e culturais e a tradição, preservando-se hábitos, contrapondo a cultura globalizada tão evidente em nosso cotidiano.

A identidade, cujas raízes estão fundamentadas na cultura manifesta-se nas diferentes expressões e atividades humanas. A tomada de consciência do cidadão com a cultura e os hábitos locais permite a continuidade e preservação da pluralidade de visões, contribuindo para um continente diverso e rico de hábitos e culturas.

Historicamente, as questões relativas ao poder local estão associadas ao conceito de soberania, ou seja, o governante exerce o seu poder político sobre um determinado território. Entretanto, as regiões, como são organizadas, este poder está associado, de uma maneira geral, aos locais e o período histórico em que estão inseridos. Presentemente estamos vivenciando na América Latina e, de uma maneira geral no Brasil, o sistema democrático de governo. A escolha do governo é alicerçada na vontade da liberdade das diferentes camadas sociais, a democracia é a expressão da maioria, cujo poder e soberania sobre o território estão fundamentados.

Nesse sentido a realidade histórica do local com suas características e especificidades, através das ações dos seus segmentos locais, é que vai determinar as reais condições para a construção de uma nova realidade econômica, social e política de seus cidadãos. As constantes renovações do poder no espaço local tornam-se mais perceptíveis para o cidadão avaliar.

Conforme Bobbio, existem três formas de poder:

O critério do meio é o mais comumente usado, inclusive porque permite uma tipologia assim chamada dos três poderes: econômico, ideológico e político, ou seja, da riqueza, do saber e da força.

“Esta distinção entre três tipos principais de poderes expressos no local, são elementos implícitos nas diferentes teorias contemporâneas e de uma maneira geral na própria história da política; Embora, em nosso meio as liberdades e a independência do juízo político com respeito ao juízo moral, ou mesmo a superioridade do primeiro sobre o segundo, sempre

existem razões diversas, entretanto o cidadão é livre em seu local escolher aquela proposta mais plausível e que corresponda suas expectativas”.

BOBBIO 1992 p. 83

Vale ressaltar em nossa atualidade, a questão da primazia do poder político sobre os demais, pois a questão sobre emancipações trata de uma busca de independência em relação a um distanciamento entre o Estado e o cidadão. O local tomou consciência de suas potencialidades, e através da conjunção dos três poderes pressionar o “Estado” no sentido de sua autonomia política.

Há que se convir, todo o local real por vezes não é o ideal, porém a diminuição do espaço permite uma relação mais próxima e um conhecimento maior do cidadão, de seu governante; permitindo a construção de uma ética e transparência maior nas relações. A fragmentação do território em pequenos espaços conduz aos ideais de sensibilidade política e social do cidadão que financia toda a obra, diminuindo o grande mal de nossa atualidade que é a corrupção imanente no estado grande. Certamente não chegaremos ao “estado ideal” de Platão, entretanto a diminuição física territorial permite uma melhor fiscalização do cidadão, inibindo o governante de praticar a corrupção.

Outro fator considerável para ampliação dos direitos sociais é a diversidade das constituições elaboradas nos municípios, ou seja, a proximidade visível entre os poderes legislativo e executivo, permitindo uma constante melhoria e uma participação maior do cidadão nos problemas da cidade.

A sociedade civil como conjunto de sujeitos de diversas categorias sociais, com objetivos e interesses peculiares, aos quais o estado se superpõe para regulá-los, mas sem jamais vetar-lhes o ulterior desenvolvimento e sua renovação política constante nos parâmetros

ordenados pelo estado. Devemos salientar que os objetivos definidos são de caráter emancipatórios e de definições de competências, ou seja, o que compete ao estado? E qual as atribuições do poder local?

Não podemos, entretanto, ignorar as diferentes concepções de interesses que surgem e se desenvolvem no âmbito da sociedade civil. É justamente ali nos bastidores que nascem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos e, diante de desequilíbrios, por vezes, tornam-se necessários à mediação do poder estatal.

O princípio de cidadania em pequenas localidades desenvolveu-se na medida em que se processa uma política, pois estabelece-se um vínculo de proximidade entre governante e governado. Os resultados apontam uma oferta maior de serviços básicos essenciais, além da construção de uma nova realidade política, inteirando-se relações nas distintas áreas sociais cuja distância estatal força a criação de entes locais com eficiência e capacidade para rápidas soluções.

A construção da cidadania está associada a origens históricas, a questões do direito, ou seja, ao discurso jusnaturalista da época moderna. O projeto social da burguesia local como nova classe emergente se alicerça em um novo status social, não mais caracterizado por indiferença nas relações com o estado.

Historicamente é comum pensar no burgo como o berço da cidadania. Daí o vínculo da cidadania com a burguesia.

Outro aspecto a ser destacado é a origem da moderna noção de cidadania que está estreitamente vinculada à noção dos direitos humanos e sociais. O projeto de cidadania burguesa, a partir do século XVIII surge sob a forma de direitos civis. São os direitos mais elementares. Presentemente são as liberdades e o acesso aos serviços básicos essenciais. Nesse sentido, surge a primeira condição de cidadania no

contexto local, a cidadania enquanto igualdade humana básica de participação na sociedade concretizada através das emancipações.

A nova ordem política de caráter local postulou e implementou uma nova concepção concreta de relação entre governantes e governados: todos cidadãos possuem igualdade e liberdade nas ações, tanto da esfera pública, quanto nas relações com o mercado.

A proximidade local surge, pois, como uma tentativa de preencher um espaço vazio cuja atribuição competiria ao Estado, distante, para o acesso e compartilhamento das necessidades básicas e peculiares do cidadão.

Historicamente a evolução da noção de cidadania vem ligada às três fases ou elementos dos direitos humanos: elemento civil relacionado com os direitos civis de liberdade individual (século XVIII); o elemento político, consubstanciado pelos direitos ligados à participação no exercício do poder político (século XIX); e o elemento social concernente aos direitos ligados ao bem-estar econômico e à herança social (século XX)

Se a cidadania civil universalizou os direitos de liberdade individual, direitos civis, os direitos políticos, surgidos no início do século XIX inauguraram uma caminhada para um status geral de cidadania política no sentido de estender velhos direitos a novos setores da população (direito de voto) antes direito de uma classe economicamente forte e mais próxima do poder estatal.

Os direitos sociais, próprios do século XX, surgiram em estreita ligação com os direitos políticos, a partir de uma participação mais ativa nas comunidades locais e associações funcionais. Foi apenas no século XX que os direitos sociais foram compreendidos e assumidos como parte do status da cidadania. Nos séculos anteriores, a proteção econômico-social excluía da cidadania os doentes e mulheres.

Nesse sentido, os séculos XIX e XX lançaram os fundamentos dos direitos sociais, o desenvolvimento e a concretização da cidadania aconteceram a partir da criação dos espaços políticos locais. Atribuir aos direitos econômicos-sociais o status de cidadania significa direcionar a luta por tais direitos no sentido de transformar o padrão da desigualdade e não apenas diminuir isoladamente desigualdades existentes.

A evolução demonstrada nestes três séculos caracteriza a sensibilidade de acolhida por parte do Estado, a estas demandas reprimidas no local. Isso garante sua permanência do estágio liberal ao democrático de direito, passando pelo Estado com características sociais.

Assim destaca Corrêa (2000, p.217):

“A cidadania, enquanto vivência dos direitos humanos, é uma conquista da burguesia: direitos de cidadania são os direitos humanos que passam a constituir-se em conquista da própria humanidade. A cidadania, pois, significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos a ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida.

Isso exige organização e articulação política da população voltada para a superação da exclusão existente”.

Assim, no sentido de delimitar competências do estado e dos municípios aproximam-se os direitos humanos e sociais que constituem a cidadania no curso do tempo. No que diz respeito ao evolucionismo do conceito de cidadania, na sua conquista incessante de direitos, esses se ampliam, em sucessivas gerações na medida em que o próprio Estado Moderno avança nas suas fases liberal, social e democrático de direito respectivamente, com direitos que contemplem os conteúdos da liberdade, da igualdade e acesso aos serviços básicos essenciais.

A pesquisa faz um relato sobre o surgimento e emancipação de Faxinal do Soturno em 1958, do qual surgem dois novos espaços políticos, Dona Francisca e São João do Polêsine.

Esta questão relativa ao processo emancipacionista merece um estudo amplo e profundo, principalmente por estarmos consolidando o sistema democrático em nosso continente, no qual a descentralização de políticas representada pelo poder local propicia condições de participações, benefícios básicos essenciais do setor público ao cidadão e sua comunidade.

Autonomia que desenvolve a liberdade de expressões do cidadão e o convívio com a pluralidade de concepções. Esses fatores contemplam as raízes históricas e culturais, elementos preponderantes para construção da cidadania.

A natureza humana não é uma máquina a ser construída segundo modelo, e destinada a realizar exatamente a tarefa a ela prescrita, e sim uma árvore que necessita crescer e desenvolver-se de todos os lados, na conformidade da tendência das forças internas que a tornam uma coisa viva.²

² MILL, John S. Sobre a Liberdade. p.178

Nesse sentido, as emancipações em pequenos municípios como Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine possuem a característica de aproximar o contribuinte de impostos do poder público constituído, no caso o prefeito. Tal relação permite uma fiscalização maior dos atos tanto do poder executivo quanto do legislativo, condição indispensável para o equilíbrio na aplicação dos recursos.

Essa evolução em favor de uma maior participação dos municípios nos Tributos da União e conseqüentemente garantindo um maior montante de recursos nas mãos dos municípios, não só aumenta a responsabilidade da esfera do governo local, mas consolida a sua posição como parceiros do governo central no desenvolvimento sócio-econômico do país³.

Assim sendo, o princípio legitimador da autonomia é o da proximidade. Esta permite que a organização representativa e a estrutura administrativa estabeleçam uma relação direta e imediata com o território e a população. Entretanto dada a sua especificidade e proximidade, os paradigmas locais são variáveis por uma série de características próprias e peculiares. As quais dependem de elementos de natureza cultural física e humana, além de aspectos históricos relativos à própria ocupação dos espaços e o povoamento.

Com o advento da colonização a partir de 1824, começa uma nova era na história de ocupação de espaços no Rio Grande do Sul.

As colônias iam sendo criadas e os imigrantes tinham na agricultura sua atividade econômica principal.

Esta atividade propiciava a criação de muitos núcleos populacionais, ou pequenas comunidades, onde as colônias faziam o intercâmbio comercial de seus produtos agrícolas. Para o surgimento de

³ BREMAKER, François E. J. Revista de Administração Municipal. RJ, p.77. Out./dez. de 1993.

tais emancipações ora em estudo, contribuíram as respectivas comissões emancipadoras, formadas por pequenos comerciantes, industriais e profissionais liberais.

A formação de municípios no Rio Grande do Sul historicamente esteve associada ao povoamento do próprio estado. Entretanto, a este fenômeno de desmembramentos, está presente uma série de fatores circunstanciais, principalmente de natureza política institucional, ou seja:

O estado apóia-se nas elites locais, estabelecendo alianças ou cooptando-as. Estas por sua vez utilizam seu poder de barganha para orientar, pelo menos em parte as divisões segundo os seus interesses. A aceitação dessa suposição permite visualizar tanto um grau de determinação no poder local, e o papel desse poder no esboço da identidade regional. Este último ponto é importante porque estabelece um elo entre o processo de construção de uma determinada região, ou seja, de estruturação do seu espaço, e o processo de divisão das elites, de caráter nitidamente político.⁴

O surgimento destas elites é decorrente de diferentes relações mantidas com a população em suas respectivas áreas de atuação.

Um fato merece amplo e profundo estudo sobre as peculiaridades decorrentes dos desmembramentos municipais, ao surgirem os novos municípios desmembrados de Faxinal do Soturno. São três novas realidades distintas que se configuram “pois municípios de origem tornam-se também novos municípios com novo recorte, novo território e nova composição populacional, porém, mantendo a estrutura administrativa antiga”.⁵

Podemos relacionar outros fatores que conjugados ao político, propiciaram tais desmembramentos, elencando, assim, a economia, a

⁴ HOLLAND. 1972 - 1976. Sobre o Papel do Estado nas Questões regionais.

⁵ NORONHA. Rudolf R. Administração Municipal. Rio de Janeiro/RJ. nº214. 1967, jan./mar. 1995.

cultura e a própria divisão da terra em lotes⁶, os quais graças as suas diferenças topográficas propiciaram o desenvolvimento da policultura.

Esta configuração cultural, em que a estrutura fundiária foi dividida, proporcionou a diversificação agrícola, a qual, por sua vez, possibilitou revelar a identidade específica de cada uma das três localidades, fato que contribuiu para a formação do caráter de autonomia econômica e política.

Identidade que está estritamente vinculada à tomada de consciência do cidadão em relação ao local, berço de pluralidades e concepções antagônicas de culturas e tradições. Expressões cujas formas tornam-se materializadas nas construções e, distintas relações de experiências do cidadão com o local. Além do aspecto participação, o estar ali, existe o aspecto da intersubjetividade do governante com o governado, ou seja, a proximidade oferece condições de conhecimento das dificuldades e necessidades, contribuindo para desenvolver a sensibilidade política e social.

⁶ SPONCHIADO. Breno. Imigração e Quarta Colônia. Ed. UFSM. 1995. p.8 O lote perfaz um total de 22 hectares.

CAPÍTULO II

QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL: SURGIMENTO E COLONIZAÇÃO

Silveira Martins era o quarto núcleo da colonização italiana no Rio Grande do Sul sendo o primeiro Garibaldi o segundo Bento Gonçalves, o terceiro Duque de Caxias. Caxias do Sul.⁷

A região abrangida pelas Localidades de Faxinal do Soturno, Vale Vêneto, Ribeirão, Dona Francisca, Novo Treviso e São João do Polêsine, faziam parte da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Com a entrega definitiva dos lotes e a restrição por parte do governo a partir de 1882 à entrada de novos imigrantes, a colônia é extinta, e as localidades acima vão se integrar e formar o 5º Distrito de Cachoeira do Sul com sede em Dona Francisca.

O desenvolvimento econômico possibilitou o surgimento de estabelecimentos comerciais e pequenas indústrias de implementos agrícolas, tais como trilhadeiras, arados e ferramentas em geral.

Em ambas as localidades os representantes de tais segmentos organizaram-se em partidos políticos, no sentido de reivindicarem junto ao poder estadual a emancipação, a fim de defenderem seus interesses e de suas respectivas comunidades. Deve-se considerar que os agricultores ou pequenos produtores eram os que consumiam as mercadorias dos

⁷ BONFADA. Genésio. Os Palotinos no Rio Grande do Sul. Ed. Rainha. 1990. p.11.

estabelecimentos comerciais e desta forma viam neles seus representantes mais capazes de reivindicarem junto aos representantes políticos da região, e do estado a sua emancipação. Nesse sentido a Assembléia Legislativa através do projeto de lei 135/58 cria condições legais para o plebiscito da área abrangida pelo 5º Distrito de Cachoeira do Sul, pelo qual irão disputar a sede às localidades de Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine.

Definida a escolha em que Faxinal do Soturno, através do sufrágio, vence as outras localidades, estas por sua vez irão formar um bloco de oposição para a eleição do primeiro prefeito através da legenda P.T.B., enquanto que o candidato representante da sede irá disputar na legenda P.S.D.

Realizada a primeira eleição municipal surge como vencedor o candidato do interior, representando Dona Francisca o qual à revelia da população da sede assume o cargo de prefeito do novo município.

Passado algum tempo, um grupo de moradores da sede através de denúncias, faz uma tentativa de “Impeachment” ao prefeito, processo que não consegue lograr êxito.

Diante de tal fato como irão reagir as localidades de Dona Francisca e São João do Polêsine?

O Surgimento de municípios no Rio Grande do Sul teve, nos últimos 50 anos fases distintas. Faxinal do Soturno e Dona Francisca foram instituídos durante o período compreendido entre os anos 1954 e 1965, no qual foram criados 140 novos municípios.⁸

Entre outros, os elementos que mais contribuíram para tal fenômeno estão o grande crescimento demográfico e econômico, a ocupação de áreas pouco povoadas, além da própria capacidade de mobilização

⁸ Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, nº 19, dezembro de 1976, p.7.

política local. Elementos que, apesar das diferenças regionais, foram expressivos para a configuração dos pequenos municípios pertencentes a região colonial. A expansão crescente na transferência obrigatória de recursos fiscais aos municípios permitiram a funcionalidade e a configuração mínima das unidades locais, e a regulamentação do processo institucional das emancipações no âmbito da esfera estadual proporcionou um incremento para a organização política das elites locais, no sentido de reivindicarem sua autonomia política e administrativa.

Durante o regime militar, as condições favoráveis às emancipações, sobretudo as político-institucionais, foram extintas. O governo autoritário, que se caracterizou pela centralização político-administrativa, restringiu a criação de novos espaços municipais através de dois fatores principais: primeiro uma redução vertical das transferências obrigatórias da união aos municípios e, segundo, a instituição (lei complementar nº 1 de 1967) das emancipações.⁹

Com o resultado deste regime autoritário o número de emancipações foi ínfimo durante mais de 15 anos (1964 – 1980).

Com a distensão do regime autoritário no início dos anos 80. Este processo sofreu uma pequena reversão. Isto fundamentalmente ocorreu devido ao aumento paulatino das cotas do F.P.M. (Fundo de Participação dos Municípios) e após a mudança de legislação do âmbito federal para competência estadual.¹⁰

Após a promulgação da Constituição de 1988 surge uma nova perspectiva para as emancipações, com a institucionalização das novas regras democráticas. A nova “carta” contemplou as expectativas emancipacionistas as seguintes condições institucionais: a ampliação da

⁹ A Lei Complementar nº 1 estipulava que os novos municípios a serem criados deveriam ter no mínimo 10000 habitantes, 200 casas no centro urbano e arrecadação de 5 milésimos da receita estadual (GASPARINI, 1984)

¹⁰ TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. “Explosão Municipal”. Campinas – SP: 1995, mimeo.

autonomia municipal, tornando inclusive, as instancias de poder local um ente federativo com direito a definição autônoma de suas leis orgânicas: um crescimento incomparável nas transferências obrigatórias (F.P.M.) que alcançaram em 1993 o teto de 25% do I.R. e do I.P.I.; a transferência da regulamentação das emancipações às esferas de poder estadual, que foi mais branda que o regime militar em seus critérios legais.

São João do Polêsine junto com outros noventa e três distritos emanciparam-se no ano de 1992. Nesse sentido chegamos ao final de 2003, com 496 municípios.

Assim sendo, este fenômeno das emancipações está presente em épocas distinta da história gaúcha, encontramos dois períodos antagônicos (ver tabela 1) centralizador que dificulta as emancipações através da lei federal complementar nº 1, o outro de caráter descentralizador através da lei estadual nº 9070 de dois de maio de 1990.¹¹

TABELA 1 – Condições para a emancipação no RS.

Centralizador (1967 - 1988)	Descentralizador (1988)
10000 habitantes	5000 habitantes ou 1800 eleitores
200 casas	150 casas no núcleo urbano
5 milésimos da receita estadual	Não estipula percentual mínimo da arrecadação estadual.

Fonte: Gasparini (1984) e Diário Oficial, 20 de junho de 1990.

Levando-se em conta que a descentralização é um dos pré-requisitos à inclusão no processo de participação popular e esta um dos componentes ao aperfeiçoamento democrático, tal sistema contrapõe-se ao centralismo político e econômico com todas as suas conseqüências funestas, inclusive gerando a insatisfação na sociedade.¹²

¹¹ Diário Oficial, 20 de junho de 1990, p.4.

A autonomia e a descentralização implementada em pequenos municípios como Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine favorecem as atividades de organização da administração pública, pois em municípios pequenos os problemas também são pequenos, a proximidade do governado com o governante favorece o controle e a fiscalização dos atos do executivo e do próprio legislativo. Nesse sentido a pequena distância entre o poder público e a sociedade facilita sobremaneira o diálogo e a busca de entendimentos para as necessidades, contribuindo para a extensão dos serviços básicos essenciais à cidade e ao interior dos referidos espaços locais.

O aperfeiçoamento democrático em pequenos municípios atinge em elevado grau de participação, na medida em que este contato direto proporcionado pela figura do Vereador com o cidadão, conduz a um rápido atendimento às suas reivindicações.

A criação de dois novos espaços políticos institucionais no mesmo território não significou o rompimento da cultura e da própria estrutura econômica e agrícola da região, ou seja, as peculiaridades próprias foram preservadas, mantendo-se a distinção nas respectivas comunidades. As emancipações foram benéficas no sentido de propiciarem a descentralização do poder, fator preponderante para pequenas comunidades, onde governante e governado mantêm uma relação de proximidade, condição indispensável para a cidadania, aperfeiçoamento democrático, e uma melhor qualidade de vida.

O desmembramento de Dona Francisca e São João do Polêsine de Faxinal do Soturno melhoraram as condições de infra-estrutura e a oferta de serviços públicos básicos à população em ambos os municípios pois acresceu-se em duas vezes o retorno do F.P.M. no mesmo território. Ora isto significa uma grande injeção de recursos oriundos do Estado,

¹² MINCARONE, Marcelo. Emancipação, Liberdade para prosperar. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. p.10.

“para os municípios de pequeno porte com menos de 10000 habitantes, 81% teriam como principal fonte de renda o retorno do F.P.M.”¹³

Em Faxinal do Soturno esse repasse representa 39% da arrecadação municipal, em Dona Francisca sobe para 55%, e em São João do Polêsine chega aos 66% da receita municipal.

Deve-se destacar que os três municípios estão na faixa de até 10 mil habitantes e, como a maioria dos municípios similares no Brasil, teriam suas expectativas centradas no retorno do F.P.M.¹⁴. Entretanto podemos destacar outras receitas preponderantes para o atendimentos das necessidades básicas da população, tais como o retorno do I.C.M.S. e a arrecadação do I.S.S.Q.N. e I.P.T.U.

As conseqüências das emancipações foram a descentralização realizadas através da oferta por parte do poder público, de serviços básicos a população, condição indispensável para o desenvolvimento da cidadania e boa qualidade de vida.

Devemos salientar que a coleta de dados foi realizada nos arquivos de câmaras e prefeituras dos respectivos municípios. Além disso, foram fornecidos dados pelos escritórios da EMATER e distintas secretarias componentes dos municípios de Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine.

¹³ BREMAEKER, François E. J. Revista de Administração Municipal. B. J. V. 40, nº209, pp. 77, Out./dez. de 1993.

¹⁴ Fundo de Participação de Municípios é composto pelo JPI e Imposto de Renda, cujos repasses são feitos do governo federal para os Estados e este repasse aos municípios, conforme a população e o PIB local.

O Fundo de Participação de Municípios é composto pelo IPI e Imposto de Renda, cujos repasses são feitos pelo governo federal para os estados e este repassa aos municípios, conforme a população local.

CAPÍTULO III

SURGIMENTO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE FAXINAL DO SOTURNO

3.1 - Situação e Localização

O município de Faxinal do Soturno, formado por territórios desmembrados dos municípios de Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos, localiza-se na zona fisiográfica da Depressão Central no Vale do Rio Soturno, entre o Rio Jacuí, a leste, e a Serra de São Martinho, a oeste.

Em decorrência da emancipação de São João do Polêsine (1992) o município de Faxinal do Soturno perdeu em torno de 30% de sua população. Desta forma, já excluídos os 30% de São João do Polêsine, a população de Faxinal do Soturno atualmente é de aproximadamente 6.476 habitantes, segundo os dados oficiais do Censo Demográfico de 1991. Possui uma superfície de 181,18Km². Destaca áreas de 90 metros de altitude. Situa-se geograficamente a 29°33' latitude sul e 53°25' longitude oeste.¹⁵

Limita-se ao norte com o município de Nova Palma; a leste, com o município de Dona Francisca; ao sul, com o município de Restinga Seca e a oeste, com os municípios de São João do Polêsine e Ivorá.

¹⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Faxinal do Soturno.

3.2 - Primeiros Tempos

Os primeiros moradores da região entre os rios Jacuí e Soturno foram os índios tapes. Sua presença foi constatada pelos vestígios encontrados próximos a este local.

À medida em que os índios tapes iam para outras regiões, eram substituídos por mestiços, açorianos, castelhanos orientais, escravos fugitivos das fazendas, que se embrenhavam nas matas onde se ocultavam. Estes causavam pânico aos colonos que tentavam estabelecer-se na região, dificultando a colonização.

As terras da atual cidade de Faxinal do Soturno anteriormente eram pertencentes a particulares. Assim, ao lado direito do Rio Jacuí havia:

- Passo da Barca: ali se encontrava a barragem que liga Faxinal do Soturno ao distrito de São João do Polêsine, atualmente abandonada por ter sido construída a ponte que liga Faxinal do Soturno a cidade de São João do Polêsine. Neste local se estabelecera Nicomedes Barbosa de Lima, proprietário de uma grande extensão de terras, habitadas por mestiços e negros, arrendatários e peões que trabalhavam tirando madeira-de-lei que, em tempos de enchentes, era conduzida por balsa até Porto Alegre. À direita do Rio Soturno, as propriedades eram de Miguel Martins Pinto e Eduardo Lima.

Outro proprietário de terras era o Sr. Amâncio Machado, que morava próximo ao Campo de Aviação, atualmente abandonado.

As terras onde hoje se localiza o centro da cidade pertenceram ao Coronel José Marques Ribeiro, que fazia parte do batalhão da Guarda Nacional, e era ex-combatente da Guerra do Paraguai.

Exerceu o cargo de subdelegado de polícia e médico homeopata. Como médico teve atuação benemerita durante a epidemia de 1892 e 1894, na região.

No cemitério da cidade, na parede posterior, quase à sombra da capela funerária, à direita de quem entra, existe uma lousa rústica, desgastada pelo tempo, onde está a data de seu nascimento, 1819 e de sua morte, 30 de julho de 1913.

O Sr. Antônio de Mello era quem fazia a escrituração dos depoimentos e processos do subdelegado de polícia, José Marques Ribeiro.

Em virtude de sua atuação como político, Antônio de Mello, em 1912, recebeu o título de alferes da Guarda Nacional, concedido pelo Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca. No ano de 1915, foi nomeado Inspetor Secional do 5º Distrito de Cachoeira do Sul, tendo solicitado exoneração do cargo a 11 de julho de 1925, para atender a negócios particulares.

Miguel Martins Pinto e Eduardo Lima eram os dois maiores latifundiários que venderam parte de suas terras a Antônio Peixoto de Oliveira, Major Sertório de Castro, Barão Von Kalden e Manoel Py. Estes incumbiram o engenheiro agrimensor João Carlos Maywald em medi-las e demarcá-las.

Era difícil conseguir colonos para se fixarem nessas terras bastante paludosas, pois eram abandonadas por outras melhores na Argentina, como aconteceu com dezenas de famílias alemãs.

Apesar de todas as dificuldades existentes na região, o engenheiro Maywald continuou a demarcação, concluindo a divisão dos 60 lotes coloniais. Deu às linhas o nome de Dona Constança, Dona Amália, Esperança, Bom Fim e da Paz.

3.3 - Colonização Italiana em Faxinal do Soturno

As terras demarcadas foram ocupadas e lá se fixaram: Eugênio Torquato, João Pelizaro, Antônio Dal Forno, Ângelo Zuliani, Jacó Pedro e José Foletto, Abramo Desconsi, Miguel Paganotto, Basílio Cervo, Celeste Coradini, Pedro Guarienti, irmãos Balconi, Cirilo e André Refatti, os Gabbi, Dall'Asta, Somavilla, Roggia e Leon.

A chegada, os colonos eram dirigidos para o lote que lhes era destinado pelo diretor da colônia, ou que o próprio imigrante havia escolhido em função dos parentes já estabelecidos lá. O lote era cedido ao colono mediante uma renda pouco elevada, no prazo de cinco anos.

Por vezes, estes esperavam muito tempo antes de se dirigirem ao próprio lote porque o trabalho de demarcação era lento e difícil.¹⁶

Pouco a pouco iam desaparecendo os antigos latifúndios. Chegavam novas famílias de imigrantes da Itália ou descendentes, que anteriormente se haviam localizado principalmente em Novo Treviso, Nova Palma e Vale Vêneto. Assim, surgia à margem esquerda do Rio Soturno uma florescente comunidade de re-imigrantes italianos. Trouxeram do além-mar a coragem e o espírito de conquista, uma acentuada dedicação ao trabalho e uma profunda e sólida fé cristã.

Alessandro Bonazza foi um dos propugnadores da primeira capela, dedicada a Santa Gertrudes, em homenagem à esposa do proprietário, Amâncio Machado. Entre os pioneiros heróicos, incansáveis batalhadores do progresso na comunidade, destacavam-se:

João Batista Zago, imigrante italiano, veio para o Brasil em 1888, fixando-se em Geringonça (Novo Treviso), até 1896, quando se transferiu para Faxinal do Soturno. Sendo católico, como os demais italianos,

possuía uma profunda convicção religiosa e juntamente com a população aglomerada em torno da Igreja, cultivava suas devoções.

Dirigiu o trabalho de construção da primeira capela e da primeira escola. Construiu a segunda e mais tarde a terceira capela de São Roque, cuja imagem havia sido trazida da Linha São Caetano de Novo Treviso, pela família Ragagnin. Foi quando a padroeira anterior foi substituída por São Roque como o padroeiro da capela.

Vicente Pigatto foi também um dos moradores de Faxinal do Soturno. Emigrou para o Brasil em 1888. Foi encaminhado para Vale Vêneto, junto com outros parentes.

Homem idealista e empreendedor, preocupado com o progresso do lugar, foi conquistando a simpatia dos moradores. Desenvolveu a pequena casa comercial. Tornou-se mais tarde o único proprietário da mesma e também adquiriu terras nas redondezas. Foi, aos poucos, dando movimento à pequena povoação. Comprava os produtos dos colonos e atendia, com o estoque de sua venda, as necessidades mais urgentes.

Empenhou-se junto às autoridades da Intendência Municipal de Cachoeira do Sul, na melhoria das estradas.

Construiu pontes, entre elas a ponte metálica de 40 metros sobre o rio Soturno, hoje desativada. Providenciou no aterro com os respectivos pontilhões. “A ponte foi inaugurada em 07 de março de 1929”¹⁷. O preço total da obra orçou em 168 contos de réis. Abria caminhos, facilitando o escoamento da produção. Empenhou-se pelo ensino nas regiões onde tinha acesso. Em agosto de 1942 ofereceu o terreno para construção do Grupo Escolar de Faxinal do Soturno. Vitório de David, outro pioneiro, natural de Belluno, Itália emigrou para o Brasil radicando-se em Novo Treviso. Em 1893, estabeleceu-se em Faxinal do Soturno, no local onde

¹⁶ MANFROI, Olívio. *La Colonization Italiane on Rio Grande do Sul et ses implications economiques, politiques et culturelles*. 1973 (polígrafo).

¹⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Faxinal do Soturno.

hoje se encontra o reservatório de água da cidade. Nos primeiros tempos dedicou-se a agricultura. Mais tarde em 1917, abriu uma pequena serraria, moinho de trigo e milho, descascador de arroz, na linha Nova Palma. Com muita disposição e esperança, contribui para o progresso da comunidade, auxiliando-a nas obras de caráter social da época. Sempre contando com a ajuda de sua esposa, Sra. Teresa Zago, desempenhando a tarefa de parteira, muito fez pelas mulheres numa época em que por falta de médicos, aplicava-se à medicina caseira. Com seus conhecimentos práticos de enfermagem auxiliou o homeopata, Coronel Marques e o Dr. Bertoldi.

Outra figura de destaque na fundação de Faxinal do Soturno foi o Sr. Ângelo Bozzetto, vindo de Novo Treviso, o qual a partir de 1921 deu grande impulso ao desenvolvimento industrial da comunidade. Foi o fundador da maior fábrica de trilhadeiras do Brasil a “Tigre”, sendo esta comercializada em vários estados do Brasil e exportada para alguns países da América Latina.

Necessitando de energia elétrica para a sua empresa e também para acionar algumas outras fábricas em surgimento na época, idealizou em 1931 e construiu a primeira usina hidroelétrica no rio Soturno. Com o incremento do consumo e o surgimento de outras pequenas empresas, mais tarde, por volta de 1947 construiu uma de maior potência. Aproveitando um lugar protegido de enchentes que possibilitava uma queda de 60 metros, construiu no local a Usina Hidroelétrica Nova Palma LTDA. que passou a fornecer energia elétrica a localidades vizinhas.

De grande valor, tanto a fabrica quanto a Usina, não só contribuíram para o progresso regional, como também propiciaram trabalho a muitos operários e funcionários especializados no ramo.

“Esses foram os pioneiros da aventura não premeditada mas que os desafiava a fundarem uma nova sociedade que haveria de estruturar-se

como o resultado combinado das condições de convívio e de produção no novo meio (...) e do seu relacionamento com a propriedade.”¹⁸

3.4 - Denominação do Espaço e Local

Faxinal do Soturno, inicialmente teve as seguintes denominações: Campo do Meio, que compreendia uma região situada entre Lomba Alta, Restinga Seca, para os campos mais baixos em direção ao Rio Jacuí, estendendo-se pelo vale do rio Soturno até os primeiros contra fortes da serra de São Martinho.

Mais tarde mudou-se o nome para Campo dos Bugres, pelo fato de terem sido encontrados na região alguns cemitérios de bugres e de ser descoberto grande número de utensílios de cerâmica, o que comprova que os indígenas foram os primeiros moradores da região.

Tanto para as antigas denominações como para o nome atual não existem documentos que determinem sua origem. Entretanto este espaço deve ser pensado a partir do seu conteúdo material e social, ou seja, como materialização do processo histórico. Na realidade a produção se concretiza sobre uma base territorial, e assume uma forma característica.

Tomados individualmente, as formas geográficas representam modos de produção ou um de seus momentos. A história desses modos é portanto, a história da sucessão das formas criada a seu serviço. Desse modo, o espaço é um produto social, mas é também componente do fato social, muitas vezes não percebido ou não avaliado completamente.¹⁹

¹⁸ Para uma exposição mais ampla destes fatos, ver Fillippi op cit e Cesca Olívio. Faxinal do Soturno, Sua História e Sua Gente. Ed. Rainha, Santa Maria: 1975.

¹⁹ SANTOS, 1979. Utiliza a idéia da materialidade que J. P. Sartre discute em “Critique de la Dialectique” como “Theori des Emsembles Practiques”, Paris: Galinard, 1960.

Sendo o espaço produzido pelas relações sociais que ocorre sobre uma base territorial concreta, o território é um condicionante inescapável dessas relações e das inovações que elas propõem.

Sobre o nome Faxinal do Soturno sabe-se que foi motivado pelos pantanais ribeirinhos que, nos primeiros tempos, se apresentavam cobertos de mato cerrado no escuro, lugar soturno e perigoso, principalmente em períodos de chuva, no inverno. O nome foi aplicado por uma equipe da Carta geográfica que percorreu o Rio Jacuí estudando as possibilidades de aproveitamento para a navegação. Junto ao Rio Soturno havia grandes extensões de faxinal, isto é, campo coberto de mato curto. Então se uniram os dois nomes formando Faxinal do Soturno.

A riqueza do solo trabalhado pelos braços abnegados dos imigrantes, a pluralidade de atividades a qual conduz à diferenças espaciais define-se na identidade que se realiza nas relações homem/meio em seu nível mais elementar. Assim, a relação do homem com o espaço que o cerca pode ser interpretado como um arquétipo, como um elemento essencial da estrutura psicológica do indivíduo. Em sua *Poética do Espaço*, Bachelard desvenda “os valores do espaço habitado” “o não eu que protege o eu”²⁰. O espaço de suas reflexões é a casa, é “a concha protetora e criadora de imagens que permanecem guardadas, escondidas nas profundezas da alma humana”. Para ele, trata-se de pesquisa a “topofilia” visando “determinar o valor humano dos espaços de posse, espaços proibidos a forças adversas, espaços amados”²¹. É preciso reconhecer que espaço, em sendo a morada do homem, estabelece com ele seus laços, a sociedade compõe o espaço, portanto, todas as formas de relações políticas, econômicas e culturais são componentes característicos, próprios e peculiares de uma determinada região espacial.

²⁰ BACHELARD, 1984, p. 202.

²¹ BACHELARD, 1984, p. 196.

3.5 - Faxinal do Soturno: Emancipação Político-Administrativa

A região correspondente ao município de Faxinal do Soturno, em seus primórdios, pertencia a Colônia de Silveira Martins.²² Silveira Martins era o quarto núcleo de colonização italiana no Rio Grande do Sul, sendo o primeiro “Conde D’Eu” (Garibaldi), o segundo, “Dona Isabel” (Bento Gonçalves), e o terceiro “Duque de Caxias”, também chamado “Campo dos Bugres” (Caxias do Sul).

Com a divisão territorial da Quarta Colônia, os núcleos de Faxinal do Soturno, Vale Vêneto, Ribeirão, Novo Treviso e São João do Polêsine, com sede em Dona Francisca, vão constituir o 5º distrito do município de Cachoeira do Sul, um dos mais antigos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1958, várias localidades organizaram comissões para promover a emancipação política. O distrito de Dona Francisca e seus sub-distritos estavam entre eles.

O governador de Estado, de acordo com o processo nº 2602/58, da Secretaria do Interior e Justiça e de conformidade com o artigo 14, parágrafo 2º, da lei nº 12116, de 24 de setembro de 1953, resolve autorizar a Comissão Emancipatória de Dona Francisca, a tratar junto as autoridades estaduais dos assuntos pertinentes à emancipação da área em questão. O sub-distrito de Faxinal do Soturno constitui então uma comissão integrada pelos seguintes elementos:²³

Presidente: Vitélio Bozzetto, filho do fundador da fábrica de trilhadeiras “Tigre” e dirigente da referida empresa.

²² BONFADA, Genésio. Os Palotinos no Rio Grande do Sul. p. 28.

²³ Jornal do Dia, 08 de junho de 1960.

Vice-presidente: Dr. Erich Bruchlowzky, imigrante de nacionalidade alemã, e conceituado médico em toda a região.

2º Vice-presidente: Augusto Pradella, fundador da então próspera fábrica de bebidas “Pradella”, hoje extinta.

1º Secretário: Anselmo Cassol, ex-seminarista e primeiro gerente do ex-banco “Pfeiffer”, depois “Sulbanco”.

2º Secretário: Élio Luiz Pigatto, contador e comerciante, neto de Vicente Pigatto, um dos primeiros habitantes de Faxinal.

3º Secretário: Benjamin Vendrúsculo, fundador da então próspera Cooperativa Agrícola Mista Santo Isidoro LTDA., sendo na época seu presidente.

Tesoureiro: Eusébio Roque Busanello, um dos primeiros protéticos da emergente comunidade, com curso de “protético”.

Deve-se considerar que a área delimitada apresentava os requisitos legais exigidos pela Constituição vigente, ou seja, população com mais de 10.000 habitantes e arrecadação tributária suficiente.

Essa elite participou da organização do PSD local ,tendo como presidente do referido partido o sr. Vitélio Bozetto, também a maioria desta pequena burguesia fundou o Esporte Clube Cruzeiro, entidade de esportes e recreação. Vários desses elementos terão participação direta nas futuras administrações do município.

Este grupo, com a documentação necessária, encaminhou a mesma, para a comissão revisora da divisão territorial do estado que, após vários estudos, entregou à Assembléia Legislativa o processo emancipatório de 5º distrito de Cachoeira do Sul. Aprovado na Assembléia Legislativa, a redação final do projeto de lei 135/58, que alterou a lei de divisão territorial do estado, sancionada pelo governador, marcou-se para 30 de novembro de 1958 a realização do plebiscito.

Merece um destaque especial a participação de membros da Comissão Emancipacionista Local, nos pleitos das futuras administrações do município. Assim, a primeira eleição, a gestão 1959/1963, foi disputada por Antônio Socal pelo PTB e Anselmo Cassol pelo PSD, sendo vencida pelo primeiro candidato. Na segunda eleição José Camilo Montagner, na gestão 1964/1968, elegeu-se pela ARENA, enquanto na gestão 1969/1972 elegeu-se Prefeito pela ARENA outro integrante da Comissão Emancipacionista Municipal, o Sr. Eusébio Roque Busanello.

Na gestão 1973/1976 elegeu-se o Sr. Olivo Prevedello integrante da ARENA, na gestão 1977/1983 volta a reeleger-se o Sr. Eusébio Roque Busanello pelo PDS. A partir de 1983 assume a Prefeitura o Sr. Idalvino Vizzotto eleito pela legenda do PMDB, até 31 de dezembro de 1988. Em primeiro de janeiro de 1988 assume a Prefeitura o Sr. Ademir Carlos Ruviaro integrante do PMDB, que governou até 31 de dezembro de 1992. Na gestão 1993/1996 governou o Sr. Célio Chellotti do PMDB. Nas duas últimas gestões 1996/2004 governou o Sr. Ademir Carlos Ruviaro do PMDB.

Com a transferência do poder da União aos estados sobre a criação de novos espaços políticos e administrativos, naquele época, dentre todos os estados do Brasil, só no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, um novo município era emancipado por plebiscito.²⁴

Nos demais estados, a criação era feita por decreto do governador. O plebiscito em questão era de atribuição do Tribunal Regional Eleitoral que, por intermédio do Cartório local, colaborou neste pleito cedendo funcionários e todo o material indispensável para o caso.

O plebiscito constava de uma votação entre os habitantes do território abrangido, se desejavam ou não a emancipação, através de duas cédulas contendo as palavras sim e não, respectivamente. Na mesma oportunidade seria votada a localidade que deveria sediar o novo

município. A área vencedora seria aquela que obtivesse a maioria dos votos válidos.

Num primeiro momento concorriam pela emancipação de 5º distrito, e pela disputa da sede Dona Francisca e Faxinal do Soturno.

Surgiu, depois, também o nome da localidade de São João do Polêsine, como terceira candidata a ser sede do novo município, igualando-se às pretensões já defendidas por Faxinal de Soturno e por Dona Francisca, esta já sede do distrito.

O movimento de emancipação foi muito aguerrido e coeso entre os três concorrentes.

Faxinal do Soturno despontava como uma próspera localidade, por possuir uma pequena, mas diversificada indústria, além de vários estabelecimentos comerciais, outro fator que impulsionava tais estabelecimentos econômicos era a agricultura diversificada ou policultura. Sua população segundo dados da prefeitura oscilava em torno de 3 mil habitantes sendo que o número de eleitores era de 1.300 aproximadamente.

Dona Francisca, sede do distrito possuía as repartições distritais subprefeitura, cartório de registro de imóveis e posto do Correio, além de possuir estabelecimentos econômicos semelhantes à Faxinal do Soturno, porém de menor proporção. Sua agricultura também caracteriza-se pela diversificação, porém com acentuada predominância do cultivo do arroz. Sua população era estimada em 2500 habitantes, sendo que o número de eleitores oscilava em torno de 1200.

São João do Polêsine possuía aproximadamente 1800 habitantes e 1000 eleitores, possuía na cultura de arroz a sua base econômica principal, porém em menor proporção, desenvolvia a policultura. Em

²⁴ Diário Oficial, 24 de setembro de 1953 - 51.

relação às atividades econômicas urbana, o perfil polesinense assemelhava-se as outras duas localidades, porém em escala menor.

As três localidades aptas para concorrer possuíam um bom desenvolvimento e uma acentuada pujança econômica que justificavam suas pretensões em disputar a sede do novo município: ambas as comunidades tinham peculiaridades semelhantes, ou seja, eram colonizadas por imigrantes italianos. Havia predominância do cultivo do arroz nas três localidades pelo fato de ambas possuírem extensas várzeas, em dois importantes rios que cruzam a região emancipada. Entretanto, apesar da predominância da cultura do arroz, devido à diversificação de atividades ambas as localidades já tinham um caráter de autonomia em suas relações comunitárias, faltava, portanto organização política. Nesse sentido as três localidades entraram em disputa para a conquista da sede. O conceito de autonomia aqui explicitado pressupõe: a capacidade de se auto-organizar, das competências exclusivas e específicas, do direito de atuar em todos os campos de interesse geral no sentido de construção da cidadania e da disponibilidade de recursos próprios não condicionados.

Realizada a campanha em clima de expectativa e ansiedade, aguardava-se o resultado. Realizou-se o plebiscito. Três mil e oitenta e dois votos foram apurados acompanhados ansiosamente pela população das três localidades. Ampla maioria manifestou-se favorável à emancipação. Isso veio confirmar que o detalhe que preocupava os habitantes era o problema da sede. As urnas indicaram-na para Faxinal do Soturno. Num total de 15 urnas apuradas apresentaram-se os seguintes resultados:

TABELA 2 - Resultado das eleições para a sede do novo município em 1958.

Município	Nº de votos
-----------	-------------

Faxinal do Soturno	1262
Dona Francisca	1073
São João do Polêsine	747

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Faxinal do Soturno.

A Assembléia Legislativa do estado, em sessão noturna, realizada em 27 de janeiro de 1959, aprovou a criação de 13 novos municípios, entre eles o de Faxinal do Soturno, que se constituía desmembrando-se de Cachoeira do Sul e de Júlio de Castilhos.²⁵

Pela lei 3711, de 12 de fevereiro de 1959, o governador do estado, Leonel Brizola, criou o município de Faxinal do Soturno. Entretanto sua instalação realizou-se a 30 de maio do mesmo ano.

O novo município, com uma área de 437 Km², abrangia em seu território as seguintes localidades: Dona Francisca, São João do Polêsine, Ribeirão, Vale Vêneto, Trombudo, Formoso, Novo Treviso, Santo Anjos, Sítio dos Mellos e Val Veronês.

Consumada a vitória da emancipação política e a conseqüente eleição de Faxinal do Soturno para a sede do novo município, uma questão é passível de interrogação: quais as conseqüências advindas com a emancipação?

São questões que nos remetem a uma reflexão sobre a qual iremos fazer uma abordagem a seguir.

3.6 - Descentralização Política: uma Forma de Aproximar Governante e Governado e Desenvolver Serviços Básicos ao Local

A distância entre Cachoeira do Sul e Faxinal do Soturno é de 90 km, com a emancipação política do quinto distrito a área desmembrada de

²⁵ Diário de Notícias, 1º de outubro de 1959, p. 03.

437Km² absorveu 10.58% de uma área de 4626Km² de Cachoeira do Sul.²⁶ A inexistência da oferta de serviços públicos às vilas e aos distritos, o difícil acesso, a longa distância, além da expansão crescente na transferência obrigatória de recursos fiscais aos municípios aliada à criação de tributos municipais, a criação da comissão emancipadora municipal e a regulamentação do processo institucional das emancipações no âmbito da esfera estadual proporcionou novo alento para a organização política local no sentido de reivindicar sua autonomia político-administrativa.

A descentralização política proporcionou a expansão paulatina nos serviços básicos à população, ou seja, a comunidade sentiu a proximidade do governo e passou a participar mantendo uma relação que propiciou o desenvolvimento local. Nesse sentido:

A descentralização surge como um movimento redentor das forças de vontades locais: essa providência quando bem executada, surge como contrapeso ao processo de contínua concentração de renda, do estado e do país porque é capaz de motivar a sociedade local, em busca de um desenvolvimento fundado nas matrizes históricas das suas respectivas culturas.²⁷

A emancipação política de Faxinal do Soturno possibilitou uma condição mais acessível e uma crescente oferta de serviços básicos à população, proporcionando uma melhor qualidade de vida ao cidadão.

Na educação houve um incremento considerável em relação ao número de escolas de 1º grau, antes haviam dez escolas²⁸, após a emancipação construíram-se mais cinco escolas. Ora, a expansão da rede escolar nos locais mais distantes da sede municipal facilitou sobremaneira o acesso das crianças ao ensino básico, possibilitando uma

²⁶ Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul.

²⁷ MINCARONE, Marcelo. Liberdade para Prosperar.

freqüência maior de alunos em sala de aula e diminuindo consideravelmente o número de analfabetos no município.²⁹

TABELA 3 - Número de escolas na área do município de Faxinal do Soturno.

Situação	Ano	Número de Escolas
Antes da Emancipação	1958	10
Após a Emancipação	1965	15

Fonte: Secretaria da Educação de Faxinal do Soturno.

A implantação do Colégio Estadual D. Antônio Reis constituiu-se num divisor de águas em relação a interiorização do ensino de 2º grau na região, a parceria do estado com o novo município possibilitou a

²⁸ Secretaria Municipal da Educação de Faxinal do Soturno.

²⁹ Secretaria Municipal da Educação de Faxinal do Soturno.

construção do prédio e o acesso de milhares de jovens à educação que anteriormente precisavam deslocar-se para a sede do município a 90 km ou a Santa Maria a 55 km. A prefeitura do novo município implantou o transporte escolar nos distritos de Dona Francisca e São João do Polêsine, garantindo a participação dos jovens do interior ao ensino de 2º grau.

TABELA 4 - Porcentagem de analfabetos no município de Faxinal do Soturno.

Situação	Ano	Porcentagem de Analfabetos
Antes da Emancipação	1958	12%
Após a Emancipação	1965	7%

Fonte: Secretaria de Educação de Faxinal do Soturno.

Em relação à infra-estrutura urbana a descentralização política contemplou expectativas até então reprimidas, por parte do município mãe, apesar do 1º prefeito não residir na sede municipal e sim no distrito de Dona Francisca, as “sementes de infra-estrutura tanto na área urbana quanto nos distritos foram lançadas”.³⁰

Conforme a Secretaria Municipal de Obras de Faxinal do Soturno, com a instalação do novo município foi implementado um programa “de obras consideradas prioritárias”³¹ pela primeira administração municipal. Constava do referido programa a canalização de esgoto e o conseqüente calçamento com paralelepípedos e iluminação pública, nos principais logradouros da sede, além de Dona Francisca e São João do Polêsine, objetivo concretizado em parte tanto na sede quanto nos distritos. O interior, mais especificamente o acesso às vilas e propriedades rurais, receberam um novo alento e uma injeção de ânimo, através do

³⁰ Secretaria de Obras de Faxinal do Soturno.

³¹ Secretaria de Obras de Faxinal do Soturno.

alargamento e melhoramentos das estradas, condição indispensável para o transporte e escoamento da produção.

TABELA 5 - Número de logradouros com infra-estrutura básica, calçamento, saneamento e iluminação pública, incluindo a sede e os municípios.

Situação	Ano	Número de Logradouros
Antes da Emancipação	1958	01
Após a Emancipação	1965	12

Fonte: Secretaria de Obras de Faxinal do Soturno.

Em relação à saúde, as conseqüências da emancipação foram além das expectativas, a implantação do posto de saúde na sede, e o início da “construção do novo prédio do Hospital de Caridade São Roque, pois o antigo além de pequeno estava em precário estado de conservação”³².

O desmembramento de Faxinal do Soturno em relação à agricultura, proporcionou uma nova relação no sentido de aproximar a assistência técnica ao agricultor e conscientizá-lo, a fim de utilizar corretamente o uso do solo, através do desenvolvimento da cultura mais adequada, ao mesmo tempo “possibilitando o advento da policultura”³³. A criação da primeira Secretaria da Agricultura e após a EMATER proporcionou dois novos canais de assistência ao produtor rural anteriormente inexistente na região emancipanda. Ora, isto significou um aumento tanto na produção quanto na produtividade agrícola. Segundo dados da EMATER de Faxinal do Soturno, a lavoura mais beneficiada com a assistência técnica e plantio correto, foi a lavoura de arroz. A produtividade aumentou em 1000 quilogramas por hectare conforme TABELA 6.

³² Secretaria Municipal da Saúde de Faxinal do Soturno.

³³ Secretaria da Agricultura de Faxinal do Soturno.

TABELA 6 - Produtividade média de arroz em Faxinal do Soturno.

Situação	Ano	Produção/ha
Antes da Emancipação	1958	4.000Kg
Após a Emancipação	2003	7.000Kg

Fonte: EMATER de Faxinal do Soturno.

Considerando-se uma área plantada de 1600 ha, a produção aumentou para 1600 toneladas, isto significa mais recursos para os agricultores e mais retorno de ICMS para o município. O desmembramento proporcionou o início da descentralização política, além de propiciar a oportunidade de uma participação mais direta do cidadão na escolha de seu governo, ou seja, a proximidade entre governante e governado, permitiu o desenvolvimento de um novo tipo de relação no sentido de prestação de serviços através de parceria, onde são contempladas tanto as expectativas da comunidade, quanto do próprio cidadão. Tal forma de relação acontece na medida em que são contempladas as expectativas próprias através da oferta de serviços básicos essenciais, condição indispensável para o desenvolvimento humano o qual propicia o surgimento de espaços políticos que oferecem a oportunidade para a promoção de valores e culturas peculiares, identificadas com as características locais. A emancipação abriu a perspectiva de um surgimento de uma nova cultura política e cidadania A “pequena distância entre o poder público e a comunidade facilita sobremaneira o diálogo e a busca do entendimento para solução dos problemas, aperfeiçoando a participação e a Democracia.”³⁴ É através do contato direto tanto do vereador com o seu eleitor, quanto do prefeito com os problemas e necessidades locais e as soluções são encontradas através da ajuda mútua, na qual surge uma nova maneira de desenvolvimento e relações políticas.

³⁴ MINCARONE, Marcelo. Liberdade para Prosperar. Assembléia Legislativa do RS. p. 11.

A emancipação política de Faxinal do Soturno foi benéfica, pois proporcionou o despertar de um sentimento coletivo de lutas emancipatórias, tanto em Dona Francisca, quanto em São João do Polêsine.

CAPÍTULO IV

ELEIÇÃO DO PRIMEIRO PREFEITO E TENTATIVA FRUSTRADA DE “IMPEACHMENT”. UM ESPAÇO POLÍTICO QUE SURGE FRAGMENTADO

A ciência prática por excelência é “política”, isto é, a ciência do bem estar e da felicidade dos homens como um todo, ela é prática no sentido mais amplo da palavra, pois estuda não somente o que é felicidade, assunto da ética, mas também a maneira de como obtê-la (o assunto da política); ao mesmo tempo ela é prática no sentido mais estrito, pois leva a demonstração de que a felicidade não é o resultado de ações, mas é em si mesmo uma certa maneira de agir.³⁵

Após o plebiscito inicia a campanha para a escolha do primeiro prefeito de Faxinal do Soturno e Câmara de Vereadores.

A dinâmica da política revela-se ao homem através da ação, nesse sentido as comunidades identificam-se através de partidos políticos, os quais procuram representar correntes distintas, alicerçadas em proposições que representam determinado período histórico e cultural.

A exemplo do ocorrido no plebiscito de 30 de novembro quando esteve acirrada a luta entre as comunidades integrantes do 5º distrito para a conquista do novo município, também a campanha política, sob muitos aspectos provocados pelos requisitos da campanha anterior, abre ainda maior confronto entre elas, batalhando por determinados candidatos e pela vitória de diferentes correntes políticas.

Faxinal do Soturno (representada aqui pela cidade) une-se para repetir a façanha anterior, formando apoio em torno de Anselmo Cassol,

candidato da coligação “Progresso do Novo Município”(tendo a frente o P.S.D. juntamente com o P.L. e o P.D.C. além dos dissidentes do P.T.B., estes levados pelos sentimentos de bairrismo). A hegemonia do P.S.D. era tão forte que, apesar de os documentos registrarem a contagem dos votos como “coligação”, a memória popular a registra como “P.S.D.”. Por seu lado, a comunidade de Dona Francisca se congrega em torno de Antônio Soccal, candidato pertencente ao P.T.B., tendo formado um maciço apoio de sua candidatura. Por sua vez, São João do Polêsine, que poderia ser o fiel da balança, dividiu-se. A predominância nesta comunidade seria do P.T.B. e, portanto favorável ao candidato pertencente a comunidade de Dona Francisca.

Entretanto, como ali se verifica um pujante crescimento do recém lançado Partido Democrata Cristão, P.D.C., o eleitorado polesinense pode ser considerado dividido entre os dois candidatos à prefeitura do Novo Município por uma razão maior, pois nas duas chapas, faxinalense e franciscana aparecem numa e noutra candidatos a Vice, pertencentes à comunidade de São João do Polêsine. Verifica-se, portanto que, mais uma vez, o pleito será equilibrado e que qualquer prognóstico será temerário e destituído de fundamentos objetivos.

Deve-se ressaltar a importância do partido político, atuando como canal de expressão à manifestação do cidadão e identificando assim sua vontade e de sua comunidade.

É basicamente um vocábulo que, como todos os vocábulos evoca, quando o ouvimos ou quando o vemos uma “imagem” que se confunde mais ou menos com sua significação subjetiva. Como ocorre muitas vezes, podem reações emotivas ser suscitadas por esta palavra e suas conotações imediatas. É tarefa dos responsáveis pelo partido fazer com que tais conotações imediatas sejam tão claras quanto possível, tão difundidas quanto possível, tão vastas e fortes quanto possível na gama das emoções. Para tal fim nada é mais útil, em geral, que a cor do partido. Nossos longínquos ancestrais certamente

³⁵ Aristóteles, Política. Trad. de Mário da Gama Kury, 2ª ed., Brasília, UNB.

foram capazes de reconhecer as cores antes da linguagem, e as emoções simples e fortes são mais facilmente associadas a uma cor que a uma palavra...³⁶

Com estes candidatos desfraldando cada um sua bandeira de propostas e convicções políticas partidárias, marcharam Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine, em busca de sua consolidação nas urnas.

O pleito eleitoral realizado no dia 24 de maio de 1959 deu ampla vitória aos candidatos do P.T.B., por significativa margem de votos.

O Sr. Antônio Socal (P.T.B.) foi eleito o primeiro prefeito do novo município, vencendo, com 1.697 votos contra 1.117 da coligação (P.S.D, P.D.C, P.L.). Portanto uma diferença de 580 votos.³⁷

Na eleição de 8 de novembro de 1959 para a Câmara de Vereadores novamente as comunidades do interior conseguiram eleger a maioria dos representantes do P.T.B.; das sete cadeiras disponíveis no novo legislativo municipal este conseguiu quatro cadeiras, enquanto seu opositor P.S.D. ficou com três.

TABELA 7 - Mapa da eleição para vereadores de 08 de novembro de 1959.

Município	Nº de Votos do P.T.B.	Nº de Votos do P.S.D.
Dona Francisca	747	20
Faxinal do Soturno	30	651

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Faxinal do Soturno.

TABELA 8 - Resultado das eleições do primeiro prefeito de Faxinal do Soturno.

³⁶ Wallas Graham Humam. Londres: Constable, 1920, 1ª ed., p. 83 - 84. Trad. de Jean e Monica Charlot.

³⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Faxinal do Soturno.

Comunidade	Nº de Votos do P.T.B.	Nº de Votos do P.S.D.
Santos Anjos	97	208
Sítio dos Mellos	169	115
São João do Polêsine	378	91
Ribeirão	60	50
Vale Vêneto	151	248
Trombudo	102	43
Formoso	102	40
Novo Treviso	37	161

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Faxinal do Soturno.

Neste quadro eleitoral fica explícito a manifestação de vontade de autonomia entre Faxinal, Dona Francisca e São João do Polêsine.

Quando falamos sobre autonomia da política o conceito de “autonomia” não deve ser entendido em sentido absoluto. Sobre o tema, há quatro teses conhecidas: 1) a de que a política é diferente; 2) de que é independente; 3) de que é autosuficiente; e 4) de que é uma causa primeira. A rigor, esta última tese exorbita o âmbito do conceito de autonomia, por atribuir supremacia política, mas convém mencioná-la. Vale precisar também que a segunda e a terceira tese muitas vezes aparecem juntas, embora, a rigor, o conceito de autonomia deva ser distinguido de autarquia. De qualquer modo, a tese principal, que importante compreender é a primeira.³⁸

Assim sendo as diferenças ficam evidentes em relação aos interesses peculiares de cada comunidade, nesse sentido constroem-se projetos e expectativas procurando contemplar as diferenças de caráter tipicamente político.

Pelo resultado, vê-se que Dona Francisca era um reduto do P.T.B. As comunidades de Sítio dos Melos, São João do Polêsine e Ribeirão, apesar de estarem geograficamente mais próximas de Faxinal do Soturno, deram ampla vitória ao P.T.B., auxiliando a corrente política de Dona Francisca. Observa-se que, nas referidas comunidades, os eleitores permaneceram fiéis ao partido P.T.B.

³⁸ SARTORI, Giovane. O que é a Política. UNB, 1986, p. 162.

Após a primeira eleição, a elite franciscana, juntamente com o apoio da maioria da população e das comunidades ideologicamente identificadas, inconformadas com a derrota do plebiscito, passaram a pressionar os vereadores no sentido de elaborarem um projeto de lei visando a transferência da sede municipal.

Este fato, inédito na história política do Rio Grande do Sul, e talvez do Brasil, causou um grande tumulto nos meios jurídicos do Estado.

Constituída a mesa da câmara, o presidente pertencendo a comunidade franciscana nomeou a comissão de elaboração da lei orgânica, a qual ficou composta exclusivamente de vereadores do P.T.B., identificados com a causa franciscana. Não seria surpresa que o projeto de lei fosse apresentado com um artigo permitindo a câmara transferir a sede municipal. Desenvolveu-se então uma tumultuada disputa parlamentar em torno do assunto. Os vereadores pró-Faxinal do Soturno, argüiam de inconstitucionalidade o referido artigo, baseados nas constituições federal e estadual, e nas leis do Estado que regulam tal fato. Ante a iminência da votação da lei que autorizava a mudança da sede, esses vereadores se unem a comunidade faxinalense para impedir a votação.

Para a surpresa da população faxinalense, o legislativo aprovou o projeto de lei autorizando a transferência da sede municipal para a comunidade de Dona Francisca.

O prefeito Antonio Socal sancionou a lei a 18-09-1959.³⁹

Um verdadeiro clima de revolta tomou conta da sociedade faxinalense e uma luta intensa no sentido de buscar a inconstitucionalidade da lei orgânica que facultava a transferência temporária ou definitiva da sede municipal.

A argumentação proposta fundamenta-se na legislação estadual:

³⁹ Lei Municipal nº 6/59.

- 1) O parágrafo único do artigo 138 da Constituição do Estado estabelece que a sede do município lhe dá o nome. Que aconteceria se a câmara usasse essa atribuição?
- 2) Mudando a sede sem mudar o nome do município, teria violado a lei estadual 3711 de 12 de fevereiro de 1959 que criou o município de Faxinal do Soturno, lhe deu o nome e fixou-se a sede na localidade do mesmo nome.
- 3) Sem ter absolutamente autoridade para isso, rebaixaria uma cidade à categoria de Vila.⁴⁰

Nesse sentido, a transferência originada em virtude do artigo da lei orgânica do município infringiu a própria lei estadual, exorbitando também a autonomia municipal.

Faço saber em cumprimento do disposto no artigo 5º inciso II da lei orgânica do município, que a Câmara municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei Art. fica transferida para a vila Dona Francisca a sede do município de Faxinal do Soturno, passando à aquela vila a categoria de cidade. Art. 2º o município de Faxinal do Soturno passará a denominar-se município de Dona Francisca. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário. Prefeitura municipal de Faxinal do Soturno, 18 de setembro de 1959. Antônio Soccac, prefeito municipal.

Enquanto isso, a facção de Faxinal do Soturno constitui seus advogados Dr. Adroaldo Mesquita da Costa ilustre advogado e ex-ministro da Justiça e seu filho, Carlos Leite da Costa, para defender e conseguir a declaração de inconstitucionalidade da lei orgânica, uma vez votada, sustentando que não cabe a Câmara determinar a sede à assembléia Legislativa do Estado ao conceder o plebiscito. O judiciário acolheu a pretensão.

Por unanimidade a primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado, ontem à tardinha (07/06/60) julgando agravo

⁴⁰ Jornal do Povo, 27 de julho de 1959.

de petição intentado pela prefeitura e vereadores de Dona Francisca, decidiu trazer novamente para Faxinal do Soturno a sede do município criado pela lei emancipacionista da Assembléia Legislativa e confirmar o desejo daquele município expressado em plebiscito. Foi relator da matéria o desembargador José Dantes de Oliveira, que fundamentou brilhantemente seu voto no dispositivo constitucional dizendo que “A Câmara de Vereadores” elevou Dona Francisca a categoria de cidade e tornou Faxinal do Soturno uma vila quando a Assembléia decretou a emancipação deste último.⁴¹

Ficava assim encerrada juridicamente a tão badalada questão da sede do novo município.

Entretanto, este fato pode ter deixado profundas seqüelas de rivalidade entre as comunidades de Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine. Além de ressentimentos e rivalidades entre P.T.B. e P.S.D., havia a rivalidade de caráter bairrista, na qual uniram-se os vereadores eleitos por Faxinal do Soturno e outras expressões políticas, passando a fiscalizar as atitudes administrativas do prefeito Antônio Socal.

4.1 - Tentativa de “impeachment”: uma causa da emancipação de Dona Francisca?

Governados por um prefeito de outra comunidade política e ideologicamente rival, com o passar do tempo, inconformados, grupo de contrários motivo para tal, incentivou um grupo de cidadãos faxinalenses entrar com denúncia contra o Prefeito junto à Câmara Municipal, visando um provável “impeachment”.

Para tal fato, estavam amparados no art.141, parágrafo 37 da Constituição Federal que reza o seguinte:

⁴¹ Jornal do Dia, 04 de junho de 1960.

É assegurado a quem quer que seja o direito de representar, mediante petição dirigida aos poderes públicos contra abusos de autoridades e promover a responsabilidade delas.

A Câmara de Vereadores, por quatro votos contra três, acatou a denúncia e formou uma comissão especial para emitir parecer sobre a questão. Segundo relato de pessoas que presenciaram os fatos, um dos vereadores da situação, P.T.B., teria sido subornado e passado a apoiar as idéias do grupo pertencente à comunidade faxinalense e apoiado o acolhimento da denúncia, por esse motivo foram acatados os quatro votos. Várias vistorias foram realizadas a fim de que fosse verificada a procedência do conteúdo da denúncia. A comissão realizou várias reuniões durante o período legislativo de 1962 e em todas elas os debates giravam em torno do processo instaurado.

As rivalidades políticas e ideológicas alargaram os horizontes, transformando o cenário, em uma constante luta, protagonizada por ambas as comunidades, cada qual procurando defender seus interesses tanto políticos quanto econômicos.

Nas últimas sessões da Comissão Especial o procurador dos denunciantes advogado Serafim Machado cobrou dos vereadores a apresentação das testemunhas de acusação contra o Prefeito. Assim, se fizeram presentes várias testemunhas e, após seus depoimentos, resultaram confirmadas, segundo a Comissão as seguintes acusações: troca da bitola de ferro, empregada na construção da ponte sobre o Rio Soturno, constatada através de perícia realizada; compra e indevida localização da fábrica de tubos; o descaso por parte do Sr. prefeito em relação as divisas do município, o uso inadequado das caçambas e máquinas do município no atendimento de interesses particulares, principalmente para os cidadãos pertencentes a comunidade de Dona Francisca, e por último a guarda irregular dos tributos pago pelos contribuintes.

Em relação às divisas de município, vale ressaltar uma questão judicial que se arrastou por mais de duas décadas percorrendo todas as instâncias judiciais envolvendo os municípios de Faxinal do Soturno e Restinga Seca, relativa a uma área de 67 quilômetros quadrados à qual por lapso da comissão demarcadora do Estado a integrou ao município de Restinga Seca, sendo, que esta mesma área havia sido demarcada primeiramente como pertencente ao município de Faxinal do Soturno. Entretanto após julgamento no S. T. F. a referida área foi anexada em 1985, em definitivo ao município de Restinga Seca, ficando portanto o município de Faxinal do Soturno com uma área de 370Km².⁴²

Assim do exame procedido por via testemunhal e documental e, na ausência de qualquer prova em contrário, capaz de anular o que foi alegado na denúncia pareciam resultar provadas, senão todas, ao menos grande maioria das acusações formuladas contra o Senhor Prefeito Municipal.

Em razão ao que foi exposto mais do que consta do processo, a denúncia foi julgada procedente, para o fim de o Senhor Prefeito Antônio Soccal ser submetido a julgamento pela Câmara de Vereadores.

Nos termos da lei 1079, parágrafo 5º artº 23 e 77 foi decretada a suspensão do prefeito municipal do exercício do cargo até o julgamento e o conseqüente veredito final atribuindo-se-lhe a percepção da metade do vencimento durante o referido afastamento. Assim foi convocado o vice-prefeito a prestar compromisso e empossar-se do cargo de prefeito substituto.

Após a tomada de decisão da Câmara de Vereadores, o prefeito Antônio Soccal, com fundamento na Constituição Federal, impetrou mandato de segurança, contra a decisão da Câmara Municipal que pela maioria de 4 votos contra 3 havia afastado o prefeito do cargo sem ser concedido o mandato a

⁴² Arquivo da Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno.

segurança conforme confere o art. 141, parágrafo 24 da Constituição Federal.⁴³

Para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus*, conceder-se-á o mandato de segurança, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.

Os argumentos apresentados pelo Sr. Prefeito foram os seguintes:

- 1º) Não atendimento do disposto na Constituição Estadual, art. 160;
- 2º) Não ter o impedimento sido votado pelo menos por dois terços dos componentes da Câmara de Vereadores;
- 3º) Não aplicar-se, no caso, o disposto na Lei 1079, art. 23, parágrafo 5º ao processo aplicado o referente governador.
- 4º) Ter sido cerceada a defesa do suplicante por não ter, na sessão em que teria sido votado o pedido de “impeachment”, sido concedida a palavra do advogado do suplicante, Sr. Angelito Aiquel.

Quanto a o primeiro fundamento, o Promotor de Justiça diz que o art. 160 da Constituição Estadual não dispõe sobre instância política sendo, pois aplicado à espécie o artigo 4º e seu parágrafo da Lei 3528, conforme abalizada opinião de juristas citados na informação prestada pela autoridade dita co autora. O julgamento disciplinado pelas leis nº 1079 e 3528 é um julgamento político, que não afasta o pronunciamento do poder judiciário, o julgamento pela justiça o qual pode diferir do julgamento político.

Segundo fundamento: este fundamento é fruto de engano que consiste em dizer se o suplicante já destituído do cargo, já decidido o “impeachment”.

Para a destituição do suplicante do cargo, sim, seria necessário a maioria de dois terços. O que ocorreu é que foi decretada a acusação nos

⁴³ Constituição da República Federativa do Brasil de 1946.

precisos termos da lei de responsabilidade; como consequência, ficou o suplicante como suspenso do exercício do cargo para o que é necessário maioria de votos e não a de dois terços.

Terceiro Fundamento: o suplicante diz que o processo aplicável ao caso é do governador do Estado e não do Presidente da República. Não existe fundamento para tal interpretação, visto que, de acordo com a promotoria, não teve o suplicante qualquer prejuízo, mas pelo contrário foi-lhe dado maior oportunidade de defesa e já se procedeu à instrução. Instrução que o artigo nº 77 da Lei nº 1079 não exige, mas também não proíbe e com maiores e melhores elementos de convicção, podendo a Câmara de Vereadores votar, quando se observado o disposto no artigo da Lei seria dispensado o cuidado de ouvir as testemunhas arroladas antes da deliberação do Legislativo, quanto a acusação.

Quanto ao quarto fundamento, não foi possível ver qualquer base para o suplicante exigir que, por ocasião da decisão de receber-se a acusação, fosse dada a palavra a seu advogado se tratasse da sessão de julgamento de destituição ou perda do cargo. Como foi demonstrado, a Câmara votou apenas a decretação da acusação do suplicante.

Improcedentes os fundamentos do pedido do suplicante, forçou-se a reconhecer que nenhum direito líquido e certo do suplicante tivesse sofrido violação ilegal ou abuso de poder. Face ao exposto e mais o que nos autos consta, julgo improcedente o pedido de segurança impetrado pelo prefeito Antônio Socal.⁴⁴

Nesse sentido, o prefeito Antônio Socal foi a julgamento pela Câmara Municipal no dia 13/11/1962.

⁴⁴ Sentença pronunciada por Osvaldo Proença, Juiz de Direito de Julho de Castilhos, 04 de julho de 1962.

Para esse ato público se fizeram presentes entidades de classe, universitários, professores, prefeitos, deputados e outras autoridades civis e eclesiásticas, além de numeroso público.

Vale ressaltar que além de aspectos peculiares, relativos tanto ao setor econômico quanto político e ideológico havia profundas diferenças. Entretanto, tal fato criou um constante clima de rivalidade popular. Estes fatos traduziam-se até nas disputas de times de futebol de ambas comunidades onde, apesar do reforço policial, a violência acabava revelando-se nos atletas dos respectivos times.

Os vereadores da Câmara num total de sete se fizeram representar pelos respectivos advogados: Serafim Machado, procurador dos denunciantes e os Drs. Angelito Aiquel, Sul Brasil Azevedo e o Deputado Estadual Nei Ortiz Borges representando o acusado. Todos eles devidamente constituídos nos autos do processo. Em conformidade com o código do processo penal, a mesa observou o tempo e prazo dos debates. Assim, a acusação teve três horas para desenvolver o seu trabalho e outro tanto a defesa.

As acusações já referidas foram reafirmadas pelos vereadores que buscavam a cassação do mandato do prefeito.

A defesa rebateu os itens da acusação do seguinte modo:

- Quanto a bitola de ferro: Segundo depoimentos houve uma tomada de preço em Faxinal do Sotuno na firma pertencente à Vitélio Bozzetto, em, Dona Francisca na firma Albino Zorzi e em São João do Polêsine na firma Rosso.

No edital constava o uso do ferro de uma polegada, em lugar deste foi empregado ferro 5/8, porém tudo foi contabilizado conforme o levantamento feito.

- A instalação e localização da fábrica de tubos fora da sede municipal foram feitas sob razões de natureza econômica, pois a maior

parte dos funcionários da mesma residiam na comunidade franciscana, onde também se encontrava próxima a fonte de matéria-prima, tais como areia extraída do Rio Jacuí e brita extraída de pedreira próxima do local.

Faxinal do Soturno não tinha prédio para instalar a fábrica, Dona Francisca já tinha galpão, que se adaptava a isso.

A confusão da divisa do município deu-se quando da emancipação de Faxinal do Soturno abrangendo a área em questão. Restinga Seca emancipou-se após, abrangendo a mesma área. Dois anos depois da emancipação, os vereadores de Faxinal do Soturno perceberam que Restinga Seca ocupava a mesma área. Ocorreu erro na demarcação das áreas de ambos os municípios. Seus habitantes deram-se conta quando receberam notificação de impostos por parte dos dois municípios.

Porém o executivo faxinalense, na pessoa do Sr. Antônio Socal, nada podia fazer, porque no decreto de criação do município de Restinga Seca, abrangendo a citada área, constava no final: “Revogam-se as disposições em contrário” Portanto a área passou a pertencer a Restinga Seca.

Quanto a guarda do dinheiro público foi constatado que o mesmo não era guardado em cofre, porque a prefeitura ainda não tivera a possibilidade de adquiri-lo.

E assim, a medida em que o advogado dos denunciantes, Serafim Machado acusava o prefeito do crime de responsabilidade, o advogado de defesa, Angelito Aiquel, contrapunha as acusações demonstrando documentos comprobatórios de sua inocência, o que deixava a acusação desarmada. A Câmara, ao final de longos debates, votou pela rejeição do impedimento.

Votaram a favor do “impeachment” quatro vereadores⁴⁵. Vale ressaltar que os quatro vereadores favoráveis ao “impeachment” não mudaram o seu intento, apesar das provas feitas pela defesa. O desfecho da sentença teve caráter irreversível, porque conforme a Lei 3528 só poderia ser condenado pelo voto de 2/3 da Câmara, o que não ocorreu. Inconformados com a decisão da Câmara de quatro votos a favor e três contra o “impeachment” do prefeito, os vereadores derrotados impetraram mandado de segurança contra o prefeito Antonio Socal, que teria abusado o direito líquido e certo dos impetrantes ao reassumir a prefeitura logo após proclamado o resultado de julgamento.

Entendiam os citados vereadores que o prefeito não poderia assumir o cargo até decisão da Assembléia Legislativa do Estado, para qual cabe recurso da decisão da impetrante. Neste sentido, a Câmara, através de seu procurador, pediu que o prefeito fosse afastado até a decisão da superior instância política. A respeito disso, o representante do Ministério Público, se manifestou pela improcedência, pois o prefeito está amparado pela Lei 3528, art. 4º e Lei 1079 onde diz que o julgamento incumbe a Câmara de Vereadores que só poderá proferir sentença condenatória pelo voto de 2/3 de seus membros. É somente desta sentença caberá recurso, com efeito, suspensivo para a Assembléia Legislativa do Estado.

Com esta sentença, chegava ao fim este turbulento processo de tentativa de “impeachment”, um fato inédito para a época, o qual agitou os meios políticos tanto regional, quanto do próprio Estado.

Entretanto, tal fato não se consumou na sentença em si, as seqüelas irão demonstrar que houve uma tomada de consciência da população envolvida no processo, pois tais fatos poderão ter contribuído para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da autonomia política e administrativa de ambas as comunidades. A própria estrutura agrícola

⁴⁵ Ata da Seção realizada na Câmara de Municipal de faxinal do Soturno, referente ao processo de “Impeachment” aplicada ao Senhor Prefeito Municipal Antônio Socal, 13 de

minifundiária das comunidades era propícia a uma aproximação e uma descentralização de serviços básicos essenciais prestados pelo setor público no sentido de propiciar um melhor atendimento face as necessidades e peculiaridades de cada comunidade.

Essa aproximação e participação poderão acontecer quando Dona Francisca e São João do Polêsine conseguirem se emancipar?

A cidadania desenvolveu-se com as liberdades e partiu participação da sociedade através da tomada de consciência, sobre as suas bases, pois o cidadão é que paga toda conta, através dos tributos cabendo-lhe, portanto, a incumbência de eleger seus representantes e cobrar o retorno através de serviços básicos essenciais.

CAPÍTULO V

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE DONA FRANCISCA, UMA ALTERNATIVA DE DESCENTRALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA A CIDADANIA EM PEQUENOS ESPAÇOS LOCAIS

Decorrida a tentativa frustrada de “Impeachment” ao primeiro prefeito, iniciou-se em Dona Francisca um movimento no sentido de ser criado um novo município, desligando-se definitivamente de Faxinal do Soturno. Para isso foi constituída uma comissão pró-emancipação tendo como presidente o Sr. Luíz Pachaly, contador e os Srs. Fióqui Pedro Martini, comerciante; Obaldino Téssele, comerciante pequeno empresário e o Pe. Valentim Zamberlam como integrantes da referida comissão⁴⁶. A luta pela criação do município de Dona Francisca durou até 1965, quando a Assembléia Legislativa autorizou por lei, a realização do plebiscito (e este aconteceu), em 25 de abril do mesmo ano, o qual teve apenas 41 votos contrários.⁴⁷

Entretanto, um grupo de sete eleitores da área emancipada, orientados por líderes de Faxinal do Soturno, impetraram “mandato de segurança” contra a criação do novo município, o qual foi recusado pelo Tribunal de Justiça do Estado. Assim, em 19 de fevereiro de 1967 foi instalado em definitivo o município de Dona Francisca, sendo nomeado pelo governo do Marechal Castelo Branco, como interventor, Obaldino Benjamim Tessele, que governou de 19 de fevereiro de 1967 a 31 de janeiro de 1969, a razão determinante pelo curto período do mandato foi

⁴⁶ Arquivo da Secretaria de Educação do Município de Dona Francisca.

⁴⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Dona Francisca.

a instalação do município fora do período eleitoral. Merece destaque a participação do Sr. Luíz Pachaly como Secretário de Administração do primeiro governo municipal, além de junto com o Prefeito ter sido um dos componentes da Comissão Emancipadora local. Assim, ao longo de sua história o município franciscano foi governado pelos seguintes prefeitos: Luíz Pachaly primeiro Prefeito eleito pelo voto popular, pertencia às fileiras do MDB. Governou de 1 de fevereiro de 1969 a 31 de janeiro de 1973; Obaldino Benjamin Téssele foi o segundo Prefeito eleito, pertencia às fileiras da ARENA e governou de 1 de fevereiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977; Valídio José Cassol foi o terceiro Prefeito eleito, pertencia às fileiras da ARENA e governou de 1 de fevereiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983; Mauri Moisés Téssele Mezzomo foi o quarto Prefeito eleito integrante do PMDB, governou de 1 de fevereiro de 1983 a 31 de dezembro de 1988; Nereu Antônio Cassol foi o quinto Prefeito eleito, pertencia às fileiras do PMDB, tendo sido Secretário de Obras do Prefeito anterior, governou de 1 de janeiro de 1988 a 31 de dezembro de 1992; Mauri Moisés Téssele Mezzomo foi o sexto Prefeito reeleito integrante do PMDB, governou de 1 de janeiro de 1993 a 31 de dezembro de 1996.

Em Dona Francisca, como em Faxinal do Soturno e São João do Polêsine fica evidenciada a importância dos membros da Comissão Emancipadora na disputa de cargos do Executivo.

Este município localiza-se na região pertencente à quarta colônia de imigração italiana, abrangendo uma área territorial de 105 km². Apresenta altitude máxima em torno de 500 metros e a mínima de 40 metros. Está enquadrado aproximadamente entre as coordenadas geográficas 29°28'09" e 39°38'16" de latitude Sul e de 53°18'00" e 53°24'58" de longitude Oeste.

O desmembramento dos 105 km² do território franciscano de Faxinal do Soturno possibilitou uma aproximação maior dos serviços básicos essenciais à população por parte do poder público local, o qual passou a

administrar seu orçamento com transferências da união, estado e receitas próprias locais. De fundamental importância para a emancipação foi a organização da comissão emancipadora local, e a conseqüente pressão desta junto aos órgãos estaduais do Executivo e Legislativo no sentido de autorizar a consulta plebiscitária junto a população.

A emancipação de Dona Francisca possibilitou ao poder público local a urbanização da cidade, através da realização de obras básicas indispensáveis na cidade e no interior do município, com a extensão e aproximação da assistência técnica aos agricultores e a conservação de estradas e pontilhões. O desmembramento se consolidou na medida em que a comunidade e o cidadão passam a contar com serviços básicos essenciais outrora inexistentes, além de possibilitar a autonomia em relação a definição de políticas próprias, abrir um novo espaço ao cidadão e à comunidade a qual passou a participar junto com o poder local em parcerias para determinadas obras e ao mesmo tempo fiscalizar as contas do Executivo através da instituição da lei orgânica do município em seu artigo 15 que diz:

As contas do município, referentes à gestão financeira de cada exercício ficarão à disposição de qualquer contribuinte a partir da data de remessa das mesmas ao Tribunal de Contas do Estado pelo prazo de 60 dias para exame e apreciação podendo ser questionada a legitimidade de qualquer despesa.⁴⁸

Nesse sentido o pequeno território e a proximidade entre governante e governado facilita e permite uma fiscalização maior do cidadão no controle dos gastos realizados pelo poder público local.

O município franciscano está dividido em 8 localidades que são:

- Linha do Soturno;
- Linha do Moinho;

- Linha Grande;
- Cerro dos Dambros;
- Formoso;
- Trombudo;
- Linha Ávila;
- Sanga Funda.

Limita-se ao Norte com o município de Nova Palma, a Oeste com Faxinal do Soturno, ao Sul com Restinga Seca e a Leste com Agudo. Conforme os dados do Censo demográfico de 1991, Dona Francisca possui um total de 3.570 habitantes, destes, 1930 residem na zona urbana, correspondendo a 54,06% da total, enquanto 1640 habitantes constituem a população da zona rural.

5.1 - Dona Francisca: Primeiros Tempos

O nome provém da esposa do proprietário daquelas terras, as quais outrora pertencera a Manoel Gonçalves Mostardeiro, o qual concordou em vendê-las com a condição de que o núcleo central chamasse de Dona Francisca. Sua colonização iniciou por volta de 1887, quando da entrada dos primeiros imigrantes no núcleo de Novo Treviso. Boa parte dos colonizadores de Dona Francisca era constituída pelos descontentes com os lotes que lhes foram atribuídos em Silveira Martins⁴⁸. Usando recursos próprios, adquiriram terras por lá, à medida que o proprietário ia se desfazendo de áreas de sua fazenda. Além dos imigrantes italianos em sua grande maioria, deve-se destacar os alemães, austríacos e em menor número descendentes de portugueses e negros. Estes últimos

⁴⁸ Parágrafo 36 da Lei Orgânica Municipal de Dona Francisca.

⁴⁹ BONFADA, Genésio. Os Palotinos no Rio Grande do Sul. p. 28.

descendentes de escravos anteriormente utilizados como mão-de-obra nas antigas fazendas da região. Dado as características peculiares do solo, a região abrangida pelo município franciscano desenvolve a “policultura”, ou seja, produz vários produtos agrícolas principalmente o arroz, feijão, milho, fumo, cana-de-açúcar e soja. A economia franciscana experimentou um acentuado crescimento a partir de 1940, quando do rompimento da 2ª Guerra Mundial, devido à escassez de alimentos o país precisou de alimentos básicos, e os produzidos na região eram muito procurados. Devido às dificuldades de transporte terrestre, o governo instalou um porto em Dona Francisca para o transporte dos produtos em barcaças pelo Rio Jacuí até Porto Alegre. A ativação do porto proporcionou o surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais que intermediavam produtos, ou seja, compravam os produtos agrícolas e vendiam os industrializados, tais como tecidos, querosene, sal, etc. Com o desenvolvimento da atividade agrícola e o comércio, Dona Francisca é elevada à categoria de distrito de Cachoeira do Sul, e passa a ser um pólo para as demais vilas da região, pois passa a contar com repartições públicas tais como: sub-delegacia de polícia, sub-prefeitura, cartório de registro de imóveis, além do porto. As diferentes etnias que fazem parte da colonização do território franciscano possuem hábitos e características próprias, ou seja, os descendentes de imigrantes italianos em sua maioria professam a religião católica, enquanto os descendentes alemães em sua maioria professam a religião protestante, deve-se salientar o enorme contingente de reemigrantes franciscanos que na busca de novos espaços, a fim de ampliarem seus horizontes de produção, estabeleceram-se na região de fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Estas famílias levaram junto consigo a experiência e a tradição, voltada para o cultivo principalmente do arroz, contribuindo para a transformação da economia dos municípios de Alegrete, Uruguaiana, São Borja e outros em menor escala.

A educação aproxima-se do ser humano nas pequenas comunidades. Evidentemente deram-se conta os primeiros agricultores através das dificuldades enfrentadas na vida, e a própria experiência adquirida mostrava o quanto valia uma formação para os seus filhos. A emancipação política e administrativa destas comunidades oportunizou a criação e o acesso às escolas das crianças que anteriormente recebiam o ensino básico através da mãe ou da vizinha que desempenhava o papel de professora. No começo, antes da organização política e administrativa, havias mais pessoas que não sabiam ler ou escrever, outras, pouco familiarizadas aos números, atravessavam a vida sem conhecer o próprio dinheiro.

Viam-se constrangidos a depender de vizinhos ou dos filhos para obterem os socorros mais simples. A falta de leitura limitava a grande maioria dos agricultores. A lacuna deixada pela falta da escola fazia com que se sentissem como se morassem num mundo à parte, feito de mitos e crenças infundadas.

Ao longo de todo o processo de colonização, a introdução e a ampliação da educação deu-se a partir das emancipações, pois cada município através de sua autonomia política e administrativa pode atender sua demanda de acordo com suas peculiaridades e características.

A descentralização política em pequenos espaços territoriais favorece o desenvolvimento de uma relação mais direta entre governante e governado, contribuindo para a aproximação dos poderes instituídos e o cidadão, favorecendo a uma extensão maior dos serviços básicos essenciais para o crescimento da comunidade. Em pequenas comunidades, o nível de participação torna-se mais fácil para o cidadão, por uma série de razões: além da facilidade de comunicação há a possibilidade de um maior conhecimento individual por ocasião da escolha do novo poder executivo e legislativo.

A proximidade entre governo e governado facilita o entendimento para a equidade e solução dos problemas da comunidade, além de possibilitar a participação, a parceria e uma transparência maior em relação às aplicações da receita municipal.

A pequena comunidade favorece o aperfeiçoamento individual do cidadão, na medida em que sua participação for aumentando tanto na esfera pública quanto na privada pois a pequena dimensão espacial favorece a comunicação e o conhecimento entre as pessoas.

5.2 - Desenvolvimento da Agricultura

Sua configuração agrária está constituída de pequenas propriedades, (minifúndios) entre 10 e 50 hectares. Aqui como em Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, evidencia-se a diversificação de culturas, destacando-se o fumo, o milho, o soja, o feijão e o arroz.

O arroz se destaca como o principal produto agrícola dos três municípios, sendo que Dona Francisca se sobressai por ser considerada a “capital nacional da produtividade de arroz”, conseguindo colher em suas férteis várzeas beirando o Rio Jacuí em torno de 7.000 kg de arroz por hectare.

A natureza dotou o município franciscano de uma ótima bacia hidrográfica: Jacuí e Soturno.

O Rio Jacuí, que banha Dona Francisca, é um rio de grande porte, com largura entre 80 e 110 metros e profundidade variável entre 4 e 5 metros, segundo informações obtidas na Prefeitura Municipal. Ao longo de seu perfil longitudinal, o rio possui várias corredeiras em áreas do rebordo do planalto, possibilitando aproveitamento de energia hidroelétrica.

Nas suas várzeas, os usos principais dos mananciais de água servem para o cultivo e irrigação de aproximadamente 2.000 hectares de arroz, além de ser utilizada para o consumo da população da cidade.

Pelas características, distribuição e limitação de uso de solos, o município de Dona Francisca baseia sua economia no setor primário, destacando-se a agricultura. Segundo dados da Emater, da área total de 8.200 hectares do município (de Dona Francisca) 60% é de relevo acidentado associado ao Planalto Meridional Brasileiro e 40% é de coxilhas e várzeas. As principais culturas franciscanas estão assim constituídas:

TABELA 9 - Área dos principais produtos cultivados em Dona Francisca em 2003.

Produto	Quantidade de Hectares
1 – Arroz	2000 hectares
2 – Milho	1000 hectares
3 – Soja	150 hectares
4 – Fumo	150 hectares
5 – Feijão	150 hectares
6 - Cana-de-açúcar	100 hectares

Fonte: EMATER, Escritório de Dona Francisca.

A emancipação política e administrativa de Dona Francisca contribuiu sensivelmente para a aproximação dos serviços básicos essenciais ao desenvolvimento da agricultura, pois, através de parceria com o estado, o município instalou o escritório da EMATER, órgão indispensável para o acompanhamento e assistência técnica aos agricultores. Além da EMATER deve-se salientar a importância da criação da Secretaria Municipal da Agricultura, órgão específico para o atendimento das múltiplas necessidades das pequenas propriedades rurais que compõem o espaço territorial franciscano. Deve-se salientar a importância do trabalho desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Obras para a

conservação das estradas, fator indispensável para o escoamento da produção e do transporte do interior para a cidade. O desmembramento proporcionou a criação de órgãos específicos e próximos ao agricultor facilitando sobremaneira o atendimento e a operacionalidade dos serviços públicos ao meio rural permitindo uma maior produção e melhor produtividade principalmente do arroz conforme a TABELA 10.

TABELA 10 - Produtividade média de arroz por hectare do município de Dona Francisca, da região e do Estado em 2003.

Área de abrangência	Produtividade/hectare
Dona Francisca	entre 6.500 e 7.000 kg
Região	entre 6.000 e 7.000 kg
Estado	entre 4.500 e 5.000 kg

Fonte: Escritório da EMATER de Dona Francisca.

Entretanto, segundo técnicos da EMATER, deve-se considerar certas peculiaridades em relação a esta produtividade alcançada em Dona Francisca, que além da assistência técnica personalizada há a fertilidade do solo e a configuração agrária do município formada por pequenas propriedades de até 50 hectares o que permite ao agricultor dispensar um cuidado especial para sua lavoura conservando-a limpa de ervas daninhas e outras pragas que comprometem a produtividade.

Diferente de outras áreas da região e do próprio Estado onde as características do solo são outras e a própria extensão das lavouras são maiores, o que dificulta o cuidado contribuindo tal fenômeno para a queda da produtividade.

Os reflexos da produtividade do arroz revelam-se através das amplas e bonitas construções edificadas tanto na cidade quanto no interior do município. Dos 600 domicílios da área urbana a grande maioria constitui-se de residências de alvenaria dotadas de infra-estrutura básica, saneamento, água, calçamento e energia elétrica conforme a TABELA 11.

TABELA 11 - Porcentagem de residências de alvenaria e madeira nos perímetros urbanos de Dona Francisca, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine em 2003.

Tipo de Construção	Faxinal do Soturno	Dona Francisca	São João do Polêsine
Casas de Alvenaria	85%	90%	87%
Casas de Madeira	15%	10%	13%

Fonte: Cadastro de imóveis das Prefeituras de Dona Francisca, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine.

A alta produtividade contribui sobremaneira para a rentabilidade do agricultor, ou seja, a diferença de até 20% a mais da média regional e 30% da estadual significa mais rendimentos para o agricultor, proporcionando-lhe condições de investimentos principalmente em conforto e bem estar através de boas habitações. A emancipação, em relação ao desenvolvimento agrícola, contribuiu sensivelmente para a aproximação dos serviços básicos essenciais ao agricultor, principalmente a assistência técnica, outrora mais distante e a própria construção e conservação das estradas e pontilhões, fator indispensável para o escoamento da produção agrícola.

5.3 - Desenvolvimento da Educação

O desmembramento do território franciscano de Faxinal do Soturno possibilitou ao novo município uma nova perspectiva em relação à educação, tanto do 1º grau quanto da instalação do 2º grau inexistente no outrora distrito. Foram construídas novas escolas e traçadas políticas próprias contemplando expectativas outrora reprimidas, aproximando a escola dos alunos possibilitando mais facilidade ao ingresso e participação dos alunos no ensino básico fundamental e do 2º grau.

TABELA 12 - Número de escolas em Dona Francisca.

Situação	Ano	Nº de Escolas
Antes da Emancipação	1965	03
Após a Emancipação	2003	08

Fonte: Secretaria da Educação de Dona Francisca.

Deve-se considerar os efeitos benéficos da emancipação para a extensão da educação. A TABELA 12 nos apresenta os números referentes às escolas existentes na área do novo município, antes e após a emancipação. Foram construídas cinco novas escolas municipais, beneficiando os atuais 396 alunos⁵⁰ pertencentes a rede municipal de ensino, além da ampliação e reforma das outras três outrora construídas, adequando-as às atuais necessidades do momento. Além da construção

⁵⁰ Secretaria Municipal da Educação de Dona Francisca

e reforma das escolas da rede pública municipal, deve-se salientar o esforço empreendido pela Prefeitura Municipal para a criação e construção em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do colégio estadual de 2º grau Maria Ilha Wairich contribuindo para aproximar o jovem franciscano do ensino de 2º grau, benefício este outrora inexistente no município pois os alunos precisavam se deslocar até Faxinal do Soturno para cursar o 2º grau.

O surgimento de novos espaços educacionais possibilitou ao município o aumento de alunos nas escolas, pois foram criadas políticas próprias de incentivo ao acesso escolar, tais como a merenda escolar, assistência médica-odontológica para os alunos do 1º grau, fatores estes que contribuíram para a erradicação do analfabetismo conforme a TABELA 13.

TABELA 13 - Porcentagem média de pessoas alfabetizadas em Dona Francisca, na região e no Estado.

Ano	Dona Francisca	Região	Estado
1965	93%	90%	88%
2003	99%	96%	94%

Fonte: Secretaria Municipal da Educação de Dona Francisca.

Outra condição indispensável para o fomento à educação é o transporte escolar gratuito, colocado à disposição das comunidades do interior para facilitar o acesso dos jovens ao ensino do 2º grau na cidade. Além de facilitar e promover a educação do 1º e 2º grau no espaço local, o poder público municipal também incentiva os estudantes que cursam o 3º grau noturno na UFSM através da oferta de transporte diário da cidade até a Universidade. De grande utilidade tanto para a promoção de eventos artísticos, culturais e esportivos foi a construção, por parte da Prefeitura Municipal, do ginásio poliesportivo com capacidade para 2.000 pessoas, benefício outrora inexistente no município, contribuindo para o

desenvolvimento de múltiplas atividades ligadas a cultura e ao lazer da cidade. O desmembramento do território franciscano possibilitou um aprimoramento e uma aproximação maior do ensino básico à população, contribuindo para uma adequação e uma conseqüente autonomia por parte do poder político local em relação ao desenvolvimento de políticas educacionais próprias e adaptadas a sua realidade. A autonomia pressupõe a capacidade de se auto-gerir internamente e traçar prioridades e metas em relação à educação, a qual culminou com o aumento do número de escolas e a conseqüente diminuição de analfabetos no município. Além de promover a educação através de benefícios prestados aos professores através de política salarial específica e aos alunos, transporte escolar, material didático, merenda escolar e assistência médico-odontológica, deve-se também considerar a importância da parceria firmada entre o município e o Estado para a criação do Colégio Estadual Maria Ilha Wairich em 1977 colocando à disposição da comunidade o ensino de 2º grau facilitando sobremaneira o acesso do jovem à escola anteriormente inexistente e portanto, precisando fazer um percurso até Faxinal do Soturno.

5.4 - Descentralização e Desenvolvimento de Infra-Estrutura e Obras

A criação do município de Dona Francisca possibilitou a expansão e o incremento da oferta de serviços básicos essenciais tanto na área urbana quanto na rural, o retorno de FPM além do ICMS, IPVA, IPTU e taxas deu condições para a Prefeitura Municipal criar a Secretaria de Obras, órgão responsável por múltiplas atividades básicas que ao longo dos anos vêm promovendo o desenvolvimento e o bem estar da população em geral. A organização política e administrativa em pequenas comunidades, o reduzido espaço territorial permite à administração municipal um ordenamento e agilidade na prestação de serviços básicos à

comunidade. De grande importância para o ordenamento de obras, a proximidade entre governante e governado permitiu a participação deste através de parceria na execução do saneamento básico e calçamento das principais ruas do perímetro urbano da cidade, conforme a TABELA 14.

TABELA 14 - Número de ruas com calçamento, saneamento e infraestrutura básica.

Situação	Ano	Número de ruas
Antes da Emancipação	1965	01
Após a Emancipação	2003	32

Fonte: Secretaria de Obras do Município de Dona Francisca.

Deve-se ressaltar o esforço desenvolvido pela Secretaria de Obras do município no sentido de dotar a cidade de saneamento básico e calçamento das ruas. Nesse sentido o poder público local firmou parceria com a população servida por tais benefícios dividindo em três partes iguais as despesas realizadas com a referida obra, ficando em proporções iguais, ou seja, as laterais com os respectivos proprietários dos terrenos e a parte central com a Prefeitura. De grande importância para o transporte da produção e a própria comunicação é a conservação das estradas que servem o interior do município, este trabalho é de fundamental importância para o desenvolvimento da economia básica do município à agricultura. A parceria realizada com o Estado possibilitou a extensão de água tratada pela CORSAN a praticamente todas as residências da cidade, outrora servido por um sistema precário o qual só prestava atendimento ao perímetro central da cidade ficando as residências do perímetro sub-urbano sem este benefício.

TABELA 15 - Porcentagem de residências servidas por água potável em Dona Francisca.

Situação	Ano	Porcentagem
Antes da Emancipação	1965	67%
Após a Emancipação	2003	98%

Fonte: CORSAN - Escritório de Dona Francisca.

O mesmo critério foi efetivado em relação à telefonia. Nesse sentido o município firmou parceria com a CRT para dotar o município com um novo prédio e uma nova central telefônica para possibilitar o aumento da oferta de telefones à comunidade e a inclusão desta no sistema DDI.

TABELA 16 - Número de telefones em Dona Francisca.

Situação	Nº de Telef.	Hab./Telef./ Município	Hab./Telef./ Estado
Antes da Emancipação (1965)	76	45	38
Após a Emancipação (2003)	400	8	11

Fonte: Secretaria da Administração.

Além destes trabalhos desenvolvidos cabe à Secretaria de Obras o planejamento, construção e conservação de prédios públicos e praças e a coleta do lixo diário no perímetro urbano da cidade. Deve-se salientar a parceria realizada para a construção da usina de reciclagem do lixo em Dona Francisca com os municípios de Faxinal do Soturno e São João do Polêsine. Também coube à Secretaria de Obras a construção do estádio municipal “Colosso do Jacuí” com capacidade para 2.500 pessoas, de fundamental importância para a prática de futebol, benefício este inexistente antes da emancipação. Em relação ao lazer deve-se ressaltar a construção de dois tobogãs com pistas de 300 metros de caimento com teleférico e restaurante em área da Prefeitura Municipal para incentivar o entretenimento e lazer na cidade e região, sendo que a exploração e conservação desta obra foram terceirizadas pelo poder público municipal⁵¹.

⁵¹ Secretaria de Obras do Município de Dona Francisca.

5.5 - Desenvolvimento da Saúde

O atendimento e prestação dos serviços à saúde receberam um cuidado especial após a emancipação através da Secretaria Municipal da Saúde. A Prefeitura comprou duas ambulâncias para remoção dos pacientes mais graves para os centros com mais recursos o município implantou dois postos de saúde em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, um na cidade e outro no Distrito de Trombudo. Além da assistência médico-odontológica em geral presta exames de laboratório à população tanto da cidade quanto do interior. Além dos postos de saúde, a comunidade franciscana conta com um hospital de 20 leitos pertencente à Congregação das Irmãs Palotinas, que mantém convênio com o SUS para o atendimento da população em geral.

Para preservação de uma vida saudável deve existir um horizonte de boas expectativas no local onde o cidadão habita, a estrutura física, cuja expressão se manifesta na qualidade dos serviços básicos, a água, saneamento, alimentação, habitação e segurança. É necessário também a realização pessoal do cidadão, como ser humano, parte integrante de uma família, sua cidade e estado que lhe dá a sua identidade, fator preponderante para o desenvolver sua cidadania.

CAPÍTULO VI

SURGIMENTO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

6.1 - Primeiros Passos

O povoamento de São João do Polêsine começou por volta de 1893, com chegada de imigrantes italianos que adquiriram os primeiros lotes de terras de Manoel Py.⁵²

Quem proporcionou a colonização de Polêsine foi Manoel Py, que iniciou a venda dos primeiros quarenta lotes. Os primeiros moradores foram Angelo Dalmolin com seu sogro Felix Michelotti, chegados no que seria Polêsine, em 1893, vindos de Bento Gonçalves, atraídos pela propaganda feita pelas irmãs do Coração de Maria sediadas em Silveira Martins. Eram as terras de Manoel Py que estavam sendo colocadas à venda por Paulo Bortoluzzi do qual era procurador. Em seguida vieram outras famílias, de Bento Gonçalves, Silveira Martins e Vale Vêneto. O preço cobrado por colônia era de Cr\$ 1.000,00. Um saco de milho carregado no lombo de burro até Silveira Martins ou Vale Vêneto era vendido por Cr\$ 3,50. Angelo Dalmolin e Felix Michelotti, se estabeleceram na encosta do monte perto do que seria a estrada de Polêsine a Ribeirão e suas terras vinham até onde hoje está localizada a Olaria de Predebon. Sobre o valor das colônias compradas a Prazo, eram cobrados juros de 8% ao ano, fazendo com que alguns colonos passassem sérias dificuldades para conseguir pagá-las, pois esse percentual era altíssimo para a época. Em 1895 estabeleceu-se perto da “sanga” que corta Polêsine, Luiz Rosso, com sua família. Luiz Rosso é o avô de Ítalo Rosso e de Nicorredes Angelo Rosso, o “nini”, ambos já falecidos.

Luiz Rosso abriu ali uma venda por pouco tempo, filiada à casa comercial de Paulo Bortoluzzi de Vale Vêneto.

⁵² Arquivo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

Em 1896, cogitou-se em obstruir um cemitério e uma igreja. Nomeada uma comissão composta por Antônio Ceretta, Luiz Rosso e um tal de Cardonetti, desbravou-se o terreno, uma vez que no local havia mato cerrado e com a adesão inicial de treze famílias teve início e mesmo. O cemitério foi fechado com sarrafos de madeira pelo carpinteiro Silvio Feron, no local onde havia até alguns anos, a Casa Canônica e depois foi mudado para o local onde está localizado o Salão Paroquial, mais ou menos na altura onde está a cozinha.

Entre os anos de 1897 e 1898 foi erguida a primeira capela, de madeira, que foi inaugurada em 20 de dezembro de 1899 pelo padre Valentim Rumpel, vigário de Vale Vêneto.

Inicialmente Polêsine era conhecido com “Terras de Manoel Py”. Mas alguns imigrantes que aqui se estabeleceram conheciam muito bem um fértil vale do Rio Pó na Itália. Como a configuração das terras, próximas ao rio e sua fertilidade, fazia lembrar esse vale na Itália, que se chamava Polêsine, daí que os colonos fazendo propaganda no lugar diziam aos outros, “que se somela Polêsine”, “Isso aqui é parecido com Polêsine”, e assim o nome foi pegando e ficou.

Com o nome de Polêsine e com a Igreja, havia a necessidade de escolher um padroeiro para o lugar. Foi aí que João Dalmolin, irmão do primeiro morador Angelo, se prontificou a pagar a estátua do padroeiro, desde que o mesmo fosse São João, o que foi aceito pela comunidade, e o nome do padroeiro foi acrescentado ao de Polêsine, constituindo-se então o nome do lugar em São João do Polêsine.⁵³

6.2 - Características Gerais do Município

Sua localização está na Região Central do Rio Grande do Sul, integrante da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Limites: Ao Norte com o município de Faxinal do Soturno (distante 4 quilômetros); ao Sul com o município de Restinga Seca (distante 31 quilômetros); a Leste com o município de Faxinal do Soturno (distante 4 quilômetros); a Oeste, com o município de Silveira Martins (distante 20

⁵³ Arquivo da Câmara Municipal de São João do Polêsine.

quilômetros).⁵⁴ Possui uma área superficial de 84Km². Segundo dados do I.B.G.E. pelo censo de 1995 a população de São João do Polêsine é de 2.800 habitantes.

6.3 - Emancipação Política de São João do Polêsine: uma Realidade Conseguida através de Lutas e persistência da comunidade

Historicamente foram quatro as tentativas de emancipação de São João do Polêsine. Esse número é objeto de reflexão ao tentarmos resgatar a memória de um povo trabalhador pertencendo a uma pequena comunidade onde valores e culturas foram preservados, através da esperança e da tomada de consciência em relação às suas condições histórico-existenciais.

A primeira tentativa ocorreu em 1958 juntamente com a emancipação de Faxinal do Soturno. Na ocasião concorreram à sede do novo município Dona Francisca, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, saindo vencedora Faxinal do Soturno que ficou com a sede e deu o nome ao novo município, cujo plebiscito ocorreu em 30 de novembro de 1958.

A segunda tentativa ocorreu em 1964, nessa vez São João do Polêsine e Dona Francisca ingressaram com processos emancipatórios para conseguirem o desmembramento de Faxinal do Soturno. Entretanto, devido a uma pressão ligada a Dona Francisca, a maior parte de lideranças políticas motivadas através de impasses foi emancipado Dona Francisca em 1965.

Consta do processo, a comprovação de 8837 habitantes na área abrangida por São João do Polêsine e Dona Francisca, contados por um censo especial de São João do Polêsine e pago pela comissão

⁵⁴ Arquivo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

emancipacionista. Renda de Cr\$ 21.218.566,80. A exigência mínima era de 8000 habitantes e de uma renda comprovada de 20.000.000,00.

Deve-se considerar a concordância tanto dos poderes Executivo quanto Legislativo Estadual, no sentido de “facilitar” o desmembramento de Dona Francisca de Faxinal do Soturno devido ao clima de animosidade existente entre as duas comunidades, surgido a partir da tentativa frustrada de impeachment do primeiro Prefeito Antônio Socal. “Na realidade a área abrangida pelo território dos dois municípios não possuía renda de Cr \$ 21.218.566,80 e tampouco uma população de 8.000 habitantes, e sim uma população em torno dos 6.000 habitantes e uma renda aproximada de Cr \$ 14.350.000,00”.

Inicialmente e até para facilitar o desmembramento de Dona Francisca, o processo de São João do Polêsine através do despacho do então presidente da Assembléia Solano Borges, foi arquivado diversas vezes e por reunião da Comissão desarquivado, sem apreciação do mérito. Em 1965 foi aprovada a Emenda Constitucional de nº 13, para possibilitar a emancipação dos processos existentes e ainda não aprovados, uma vez que passava o período permitido para a emancipação.

Apesar da insistência da Comissão Emancipadora o presidente nunca despachou favoravelmente o processo, ficando este impedido de tramitar, enquanto o processo de Dona Francisca conseguiu sua aprovação tirando as condições institucionais de São João do Polêsine. Após o governo autoritário editou a lei complementar nº 1 das emancipações⁵⁵ tornando impossível o desmembramento de São João do Polêsine. Faziam parte da referida comissão:⁵⁶

⁵⁵ A Lei Complementar nº 1 estipulava que os novos municípios a serem criados deveriam ter no mínimo 10.000 habitantes, 200 casas no centro urbano e arrecadação de 5 milésimos da receita estadual (GASPARINI, 1934).

⁵⁶ Arquivo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

Presidente: Lino Dalmolin, advogado e empresário; Vice-Presidente: Alfredo Bortolotto, comerciante; Secretário: Elio Ceolin, empresário; Tesoureiro: Idalvino Vizzotto, comerciante. A terceira tentativa, aconteceu durante o ano de 1986, São João do Polêsine tentou novamente e criou uma nova Comissão que foi credenciada pela Assembléia Legislativa e estava assim composta: Presidente: Olindo Guariente, agricultor; Vice-Presidente: Vilmar Agostinho Vizzotto, engenheiro civil; 2º Vice-Presidente: Ronaldo Dalmolin, agricultor; 1º Tesoureiro: Edir Vizzotto, comerciante; 2º Tesoureiro: Pedro Arno Dotto, empresário; 1º Secretário: Vilso Arnuti, professor; 2º Secretário: Elemar Rosso, empresário. Todos estes cidadãos faziam parte da referida Comissão. Juntamente com diversos outros distritos do estado e da região, Ivorá e Paraíso do Sul, tiveram o plebiscito marcado pela Assembléia Legislativa do Estado para o dia 20 de setembro de 1987. Antes da realização do mesmo a Câmara de Vereadores de Faxinal do Soturno e a Prefeitura de Restinga Seca, impetraram um Mandato de Segurança no Tribunal de Justiça do estado e Restinga Seca inclusive com uma ação de inconstitucionalidade da lei, ambas as ações com o fundamento de que São João do Polêsine não preenchia as condições exigidas pela lei das emancipações, tanto em renda como em habitantes, tendo sido impedido definitivamente naquela época de emancipar-se. A representação do município de Restinga Seca ao Procurador Geral da República, que ingressou no Supremo Tribunal Federal, culminou com a seguinte decisão: “É inconstitucional a lei estadual que autoriza a realização de consulta plebiscitária para a criação de municípios sem observar o requisito da população mínima exigida pela lei complementar nº 1/67. Representação que se julga procedente, para declarar a inconstitucionalidade da lei nº 8244 de 12 de novembro de 1986, do estado do Rio Grande do Sul”.⁵⁷ Um fato de maior relevância, todos os distritos que se emanciparam na região, especificamente Ivorá e Paraíso do Sul não preenchiam as condições exigidas pela Lei

⁵⁷ Arquivo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

Complementar ^o 1/67. Passaram suas emancipações porque não houve contestação judicial.

Entretanto, todos os distritos que foram impugnados na justiça não se emanciparam.

A quarta tentativa: com o aperfeiçoamento democrático e a revisão constitucional de 1988 a qual outorgou aos estados a competência relativa aos desmembramentos municipais surge uma nova perspectiva para emancipações de pequenos núcleos populacionais. Nesse sentido a Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul, através da Comissão de Emancipação elaborou o Projeto de Lei nº 9070 e o governador Sinval Guazelli sancionou a nova Lei das emancipações em 02 de maio de 1990.⁵⁸

Assim sendo a emancipação de São João do Polêsine deu-se nos critérios legais, ou seja, preenchendo os requisitos da Lei 9070, de tal forma que a Câmara de Vereadores de Faxinal do Soturno, elaborou um documento apoiando a iniciativa empreendida pela Comissão Emancipadora e pela própria comunidade, pois suas pretensões enquadravam-se na legislação vigente.

Faziam parte de Comissão Emancipadora Municipal: como presidente, Valserina Bulegan Gassen sendo a primeira prefeita eleita do novo município, Vice, Dirceu José Guarniente; 1º Secretário Vilso José Arnuti, 2º Secretário Luiz Roberto Calegari, 1º Tesoureiro, Edir José Vizzotto, 2º Tesoureiro, Marinês Dias Minsio; Conselho Fiscal, Vilmar Agostinho Vizzotto, Sidinei Luiz Rosso, Paulo Cesar Dalmolim, Cláudio Luís Cirolini, Carlos Felice.

Dos componentes da comissão Emancipadora municipal, a presidente da referida Comissão será eleita a primeira Prefeita, além de

⁵⁸ A Lei Estadual sobre emancipação sancionada pelo Governador do estado, tornou mais brandas as exigências referentes aos desmembramentos fixando o critério de 5.000 habitantes ou 1.800 eleitores.

Vilso José Arnuti será eleito Vereador e Vilmar Agostinho Vizzotto irá ser o engenheiro responsável pela Secretaria de Obras.

6.4 - Emancipação Política de São João do Polêsine - Aprimora-se Relações entre Governante e Governado

De fundamental importância para a emancipação foi a persistência e a luta efetivada pela Comissão Emancipadora, e o apoio da comunidade o qual irá eleger sua presidente a primeira prefeita do município.

O plebiscito de São João do Polêsine foi presidido pela juíza eleitoral da Comarca de Faxinal do Soturno, Dr^a Maria Inês Hinck e fiscalizado pela promotora Dr^a Denise Casanova.

Dos 2325 eleitores aptos a votarem na área emancipanda, 1625 votaram, sendo que 1377 votaram pelo sim 207 não, 20 em branco e 21 nulos conforme gráfico a seguir.

Segundo a Prefeitura Municipal de São João do Polêsine há um contingente considerável de eleitores com títulos na área abrangida pelo município, principalmente da cidade e do distrito de Vale Vêneto, que desenvolvem suas atividades profissionais em outros municípios os quais possivelmente não foram incluídos pelo senso do IBGE como habitantes, contribuindo assim para elevar a população em torno de 2.800 habitantes e 2.325 eleitores.

TABELA 17 - Eleitores que votaram no plebiscito no município de São João do Polêsine.

LOCALIDADE	ELEITORES	SIM	NÃO	BRANCO	NULO
São João do Polêsine	1058	864	23	8	7
Vale Vêneto	592	117	61	5	9
Linha Lagoa	93	90	3	-	-
Ribeirão	200	110	31	6	3
Vila Ceolin	220	171	3	1	-
São Rafael	132	35	86	-	2

TOTAL	2325	1377	207	20	21
--------------	-------------	-------------	------------	-----------	-----------

Fonte: Justiça Eleitoral de Faxinal do Soturno.

Disputaram a primeira eleição municipal de São João do Polêsine os candidatos, pelo PMDB a professora Valserina Bulegon Gassen e pela Aliança Democrática Polesinense formada pelo PDT e PPB, tendo como candidato o professor Luís Roberto Calegari. Vale ressaltar que ambos os candidatos pertenceram a Comissão Emancipadora Municipal, sendo eleito a primeira prefeita a professora Valserina Bulegon Gassen com 1067 votos e Luís Roberto Calegari com 887 votos.

Assim a primeira administração municipal coube à Professora Valserina Bulegon Gassen, tendo com Vice-Prefeito o Engenheiro Agrônomo José Francisco Tronco, tomaram posse em 1 de janeiro de 1993.

As Secretarias do novo município ficaram assim determinadas: Secretaria de Obras, José Francisco Tronco; Secretaria da Fazenda, Clóvis Coletto; Secretaria da Educação, Maria Helena Dotto; Secretaria da Saúde, Maria Helena Possebon; Secretaria da Administração, Delizete Vizzotto.

Um fato que merece o reconhecimento e o fator participação da mulher na condução política do novo município, além de ter sido eleita uma mulher a primeira prefeita deve-se destacar que das **cinco** secretarias criadas pela administração, três componentes eram mulheres.

O desmembramento de São João do Polêsine de Faxinal do Soturno propiciou a construção de duas novas realidades distintas, ou seja, os espaços delimitados geograficamente tomaram uma maior consciência de suas peculiaridades e necessidades, ambas as comunidades voltaram-se para si na tentativa de promoção de valores e culturas peculiares ao local.

Tal realidade promove e propicia uma proximidade maior entre Governante e Governado, estabelecendo uma nova forma de relações a qual por sua própria natureza estabelece uma nova cultura política.

Este processo de construção política desenvolvida no poder local cria condições de participação e discussão de propostas de interesses comunitários, contribuindo para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema democrático, nesse sentido,

... há única forma de superar las tendencias a la setorializacion al burocratismo del estado, a la distancia com los actores sociales etc... consiste em criar instituciones que tegnan una capacidad de actuación global, que seam representativas, pero que correspondam a sujetos sociales, a ciudadanos que de alguna forma se sientam identificados entre ellos, que tienem una capacidad comunitaria... la democracia territorial que historicamente corresponde a nuestra epoca, dsarrollar, sólo puede constituir-se sobre bases locales. Em resumen: la democracia se expandirá unicamente se desarrollam las instituciones políticas locales”⁵⁹

Nesse sentido as emancipações contemplam aspirações e trazem junto um ânimo maior a toda a população componente do novo espaço municipal.

Deve-se evidenciar o trabalho desenvolvido pela primeira administração municipal, no sentido de organização da administração do novo município, este processo torna-se imprescindível para o bom funcionamento da prefeitura municipal.

A implantação da infra-estrutura administrativa tais como o protocolo, controle interno, Comissão de Compras, Comissão de Licitação; realização de concurso público para o preenchimento de cargos, além da criação de bases legais para o bom funcionamento do município.

⁵⁹ Jordi Borja (1988, p. 9 - 10).

A formação de um novo município requer coragem e dinamismo, pois a montagem da máquina administrativa mínima demanda muitos recursos, tanto de natureza humana, quanto financeiros.

O desmembramento de São João do Polêsine possibilitou descentralizar ainda mais os serviços públicos e parcerias, principalmente no setor rural, pois a principal economia do município está alicerçada neste setor. Nesse sentido a parceria com o Estado, o município implantou o Escritório da EMATER, o qual passou a prestar mais assistência técnica ao agricultor, permitindo um aumento na área plantada e uma maior produtividade principalmente do arroz principal produto agrícola do município. Conforme a TABELA 18.

TABELA 18 - Cultura do arroz em São João do Polêsine.

Situação	Ano	Área	Produtividade
Antes da Emancipação	1990	1300 ha	5500 kg
Após a Emancipação	2003	2000 ha	7000 kg

Fonte: EMATER de São João do Polêsine.

A autonomia política propiciou um incremento à assistência técnica a agricultura a qual se diversificou através do desenvolvimento da “policultura” contribuindo para diversificar a própria economia do município. Conforme a TABELA 19.

TABELA 19 - Produtos cultivados no município de São João do Polêsine em 2003.

Cultivar	Área	Produtividade
Soja	300 ha	2.400 kg
Milho	260 ha	4.200 kg
Mandioca	150 ha	1.200 kg
Cana-de-açúcar	100 ha	40.000 kg

Fonte: EMATER de São João do Polêsine.

A proximidade entre Governante e Governado em pequenas comunidades do porte de São João do Polêsine, propiciam um estreitamento nas relações, o qual por sua característica peculiar contribui para a transformação política e econômica de um estado, na medida em que...

... a descentralização constitui um rompimento radical com o passado, porque os países da América Latina foram tradicionalmente geridos através de formas de governo altamente centralizada e hierárquicas. O modelo centralizador também inibiu o desenvolvimento de instituições cívicas de base comunitária porque criou uma forte dependência das comunidades em relação ao governo central e suas instituições.⁶⁰

Através de redemocratização do país foram paulatinamente contempladas as expectativas comunitárias, em relação às emancipações, possibilitando uma nova forma de relações entre Governante e Governado, principalmente em pequenas comunidades, ou seja, o contato direto proporcionou o desenvolvimento de uma nova cultura política, beneficiando diretamente a agricultura setor básico da economia polesinense.

Nesse sentido “o governo local, capaz de dar resposta aos diferentes desafios urbanos e de construir um projeto próprio e local deve ser um governo que promove a maior participação do cidadão na integração do desenvolvimento das relações comunitárias”⁶¹.

A autonomia e cidadania consolidam-se em pequenos núcleos populacionais como São João do Polêsine na medida em que as propostas de trabalho encontram receptividade e ao mesmo tempo são discutidas no âmbito do interesse próprio, ou seja, o local, como

⁶⁰ HOMMES, Rudolf (1995, p. 2).

⁶¹ FISCHER, Tânia. Gestão Contemporânea, Cidades Estratégicas e Organizações Locais. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

capacidade distinta de se auto-organizar, priorizando o interesse comunitário.

Assim sendo o princípio legitimador da autonomia é o da proximidade. Esta permite que a organização representativa e da estrutura administrativa estabelecem uma relação direta e imediata com o território e o cidadão. Dado a sua especificidade e proximidade, os paradigmas locais são variáveis por uma série de características tanto dependentes de condições objetivas que tem na ação como fator preponderante para a sua concretização quando depende de fatores de natureza econômica e política na questão objetiva a ação política deve orientar-se tendo como parâmetro a liberdade. Alexis de Toqueville nos apresenta uma opinião sobre as relações entre o municipalismo e a democracia: É no município que residem as forças dos povos livres. As instituições municipais são para a liberdade o que as escolas primárias são para a ciência... sem instituições municipais a uma nação pode se dar um governo livre, mas não possui o espírito da liberdade.⁶²

O princípio de liberdade é contemplado na medida em que possibilita a autonomia política ao local, ou seja, as peculiaridades e as características locais serão contempladas através da participação da comunidade na escolha de seus representantes tanto do Executivo, quanto do Legislativo.

Deve-se salientar a importância da abertura do espaço político como condição indispensável para a participação do cidadão em manifestar sua vontade através do voto, ou seja, a proximidade local possibilita a facilidade e o conhecimento das correntes de opiniões que compõem o local.

⁶² CHATELIER, François Duhamel; PSIER, Kouhner Eveline. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 112.

6.5 - Poder Local - Uma Alternativa para a Oferta de Serviços Básicos ao Cidadão

O desmembramento de São João do Polêsine de Faxinal do Soturno possibilitou à comunidade polesinense, através da participação da população na escolha de representantes do executivo e legislativo, uma autonomia própria para as prioridades necessárias ao bem-estar da população do novo município.

Nesse sentido o poder local propiciou o desenvolvimento de uma excelente infra-estrutura básica tanto para a população urbana (50,8%) quanto para a rural (49,2%)⁶³ dos habitantes.

O sistema de comunicação teve uma proximidade maior com o cidadão a qual passou a usufruir o posto do correio outrora inexistente.

A parceria do poder público municipal com o Estado, possibilitou a oferta do sistema de telefonia DDI, anteriormente inexistente tanto para a

⁶³ Arquivo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

cidade, quanto para o Distrito de Vale Vêneto.

O outrora distrito de São João do Polêsine possuía um precário sistema de telefonia superado e uma considerável demanda reprimida, sendo esta solucionada após a construção de um novo prédio por parte da Prefeitura e a instalação do novo sistema operacional pela CRT. Conforme a TABELA 20.

TABELA 20 - Número de telefones instalados em São João do Polêsine.

Situação	Ano	Número de Telefones	de Telefones/Habitante
Antes da Emancipação	1990	63	38
Após a Emancipação	2003	400	6

Fonte: Secretaria da Administração

A compra de máquinas para a execução de trabalhos deu condições ao acesso de 98% da população polesinense a ter em sua propriedade a energia elétrica.⁶⁴

Ora, isto significa conforto e bem-estar na cidade e principalmente no interior das propriedades rurais, pois facilita sobremaneira o trabalho do agricultor. Outra conseqüência benéfica do desmembramento foi a prioridade em relação à política de saneamento básico à população da cidade, conforme a TABELA 21.

TABELA 21 - Porcentagem de domicílios beneficiados com saneamento básico e água tratada em São João do Polêsine.

Ano	Água	Esgoto
1990	90%	70%
2003	98%	90%

Fonte: Secretaria de Administração do município.

Em São João do Polêsine 90%⁶⁵ da população da cidade possui saneamento básico, este número se sobressai aos grandes centros

⁶⁴ Arquivo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

urbanos, onde a porcentagem da população servida por este benefício é bem menor. O abastecimento de água é atendido por uma empresa distribuidora local sendo esta distribuída a praticamente toda a população da cidade.

Saneamento básico e água são condições indispensáveis para a saúde do cidadão, e em pequenos municípios estes benefícios estão mais próximos da população, isto se deve basicamente à capacidade de organização e a facilidade de reivindicação do cidadão junto ao poder público local.

O desmembramento de São João do Polêsine possibilitou um novo alento em relação a segurança no município, anteriormente havia apenas 1 policial, após a emancipação, a parceria da Prefeitura com a Brigada Militar propiciou a construção de um prédio próprio para os policiais, aumentando consideravelmente o número destes conforme a TABELA 22.

TABELA 22 - Número de policiais efetivos em São João do Polêsine.

Situação	Ano	Número de Policiais
Antes da Emancipação	1990	01
Após a Emancipação	2003	06

Fonte: Secretaria de Administração do município.

O município polesinense possui um Hospital Público com 25 leitos, sala cirúrgica, sala obstétrica, berçário e farmácia.

Supre as necessidades da população local e até de outros municípios vizinhos, a descentralização na saúde em São João do Polêsine atingiu um excelente estágio nesse sentido a Prefeitura construiu dois postos municipais de saúde: um em sua sede e outro no distrito de Vale Vêneto. Deve-se considerar a qualidade e a presteza dos profissionais envolvidos no atendimento à população, cada posto possui um médico clínico geral além do atendimento especializado de pediatria, e

⁶⁵ Arquivo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

gabinete odontológico com dentista. Aqui surge uma alternativa para a solução da crise da saúde enfrentada pelo país e os grandes centros, a descentralização dos serviços de saúde através das emancipações, abrem um novo horizonte e uma perspectiva promissora para o futuro das populações residentes no interior dos pequenos núcleos populacionais e distantes dos grandes centros.

A educação nos pequenos municípios como São João do Polêsine possui características próprias e peculiares. É tratada com carinho e seriedade pelos administradores locais, pois deram-se conta dos grandes benefícios advindos de uma boa educação. Assim sendo em pequenas comunidades somam-se as expectativas tanto institucionais quanto individuais, a fim de através do aperfeiçoamento do processo educacional, formando-se cidadãos conscientes e promovendo valores que fazem parte da existência do ser humano.

O desmembramento possibilitou a criação de um colégio estadual anteriormente de 1º grau, agora de segundo grau, além de possuir uma escola de primeiro grau no distrito de Vale Vêneto, o novo município implantou mais três escolas de primeiro grau incompleto e quatro escolas de pré-escolar municipais.

O reduzido espaço territorial de 84Km² permitiu ao município a extensão e o acompanhamento personalizado do ensino básico a praticamente 100% das crianças do município através de facilidades e incentivos às crianças, principalmente as de famílias mais carentes, oferecendo-lhes material didático, merenda e o transporte escolar. Conforme a TABELA 23.

TABELA 23 - Porcentagem de crianças em idade escolar que freqüentam o ensino básico em São João do Polêsine.

Situação	Ano	Porcentagem de crianças
Antes da Emancipação	1990	93%

Após a Emancipação 2003 100%

Fonte: Secretaria da Educação de São João do Polêsine.

Contemplando e abrindo espaço para o surgimento de novos talentos na educação, a prefeitura municipal implantou o Núcleo de Atividades Pedagógicas localizado na cidade, que tem por objetivo dar atendimento a crianças que apresentam deficiências na aprendizagem.

O núcleo é formado pela Brinquedoteca, onde o aluno aprende brincando e onde o brinquedo serve de instrumento para novos conhecimentos, além do laboratório de linguagem logo, onde a criança constrói seu próprio conhecimento num ambiente agradável, criativo, espontâneo e informatizado, ou seja, vai introduzindo o aluno no processo de noções sobre a informatização de grande valor para o seu futuro. Os desmembramentos possuem a peculiaridade singular de promover a integração e o acesso do homem aos benefícios que às vezes somente estavam disponíveis nos grandes centros.

Em todo este quadro de benefícios advindos com os desmembramentos merece aqui um destaque especial para a interiorização da educação no meio rural, este benefício, antes restrito aos centros maiores, estando, portanto praticamente excluídos os habitantes dos pequenos núcleos populacionais. Vale ressaltar a amplitude e extensão deste conceito, pois a educação abarca toda a existência em suas diferentes concepções, mental, moral e socialmente, ou seja, dentro de um determinado período histórico existencial.

A grande vantagem da descentralização política em relação à educação é a capacidade de ser uma educação peculiar e adaptada ao meio, ou seja, desenvolve as condições e capacidades do cidadão de se ajustar ao local promovendo e formando comunidades conscientes e inseridas em uma realidade distinta capaz de realizar transformações básicas para o cidadão e sua comunidade.

Nesse sentido o processo de interiorização da educação proporcionou condições e domínio da higiene e da saúde, ou seja, oportunizou ao indivíduo a ter condições de zelar pela saúde, de defendê-la através do saneamento e de uma ótima alimentação.

Deve-se ressaltar aqui a preocupação sobre o conhecimento e domínio dos recursos e oportunidades especialmente agrícolas, pastoris e climatológicas do ambiente físico local do qual a própria comunidade depende para o sustento. Assim sendo os desmembramentos tiveram na educação a base para a sua própria sobrevivência, ou seja, adaptaram o homem ao meio fazendo com que este homem produza um retorno para a comunidade.

Tal retorno se realizou devido a uma tomada de consciência proporcionada pela educação, onde foram desenvolvidas virtudes e promovidos valores sadios que proporcionaram a formação de um homem preocupado consigo e com sua comunidade.

Além da oferta de serviços básicos indispensáveis ao cidadão, os desmembramentos contribuíram sobremaneira para fixar o homem em seu local de origem evitando as migrações para a zona urbana. Esta contribuição ocorreu principalmente no interior onde vive a população rural, que passou a ter uma assistência técnica permanente tanto da EMATER quanto do poder público local. Nos demais benefícios, tais como energia elétrica, telefonia, educação através da aproximação das escolas básicas e da saúde com a construção de postos, nesse sentido São João do Polêsine sobressai-se em relação a população mantendo equilíbrio entre a zona urbana e rural. Conforme a TABELA 24.

TABELA 24 - Porcentagem da população urbana e rural de São João do Polêsine em 2003.

Zona	Porcentagem
Rural	49,2%
Urbana	50,8%

Fonte: Secretaria de Administração de São João do Polêsine.

Deve-se ressaltar a importância em relação a prestação de serviços em pequenos municípios como São João do Polêsine prestados pela prefeitura ao interior, o atendimento personalizado nas estradas de acesso as pequenas propriedades contribuíram de maneira fundamental para o desenvolvimento e o escoamento da produção para a cidade e demais centros.

As características peculiares da realidade polesinense, se revelam através da diversidade de atividades principalmente no meio rural com o desenvolvimento da policultura, diante deste quadro o poder local desenvolve múltiplas atividades através de promoções a fim de preservar valores e culturas que fazem parte da tradição e existência da comunidade.

Entre os eventos promovidos pelo poder político local, em parceria com a U.F.S.M., merece um destaque especial por seu grande valor cultural é o Festival de Inverno e a Semana Cultural, realizado anualmente no distrito de Vale Vêneto. Este evento é constituído por múltiplas atividades, com destaque especial para a música, representada por corais regionais, além de participantes de outros países e promovendo um intercâmbio entre diferentes culturas.

Também faz parte do festival a gastronomia típica italiana, pois a finalidade do mesmo é preservar valores e culturas desenvolvidos pelos imigrantes colonizadores deste local.

Outro evento que se renova anualmente e se caracteriza por sua beleza e originalidade é a tradicional festa do arroz, realizada após a colheita no mês de maio. Com excelente participação de toda a comunidade polesinense e vizinhas, merece um destaque especial o desfile de carros alegóricos o qual sintetiza a evolução técnica introduzida nas lavouras de arroz principal cultura agrícola do novo município. De

grande importância para a projeção da comunidade, tais eventos contribuem para revitalizar o aspecto existencial do cidadão promovendo e valorizando sua atividade principal o cultivo da terra, e ao mesmo tempo resgatando valores benéficos para a própria existência da comunidade, como a educação e a tradição voltada para o trabalho da terra.

A proximidade entre o poder político e o cidadão em pequenos municípios possui peculiaridades singulares e distintas que se revelam na medida em que as relações forem se ampliando e se aprofundando. Tal característica pode ser uma alternativa para a interiorização do desenvolvimento e a conseqüente oferta dos serviços necessários e peculiares ao desenvolvimento específico de cada comunidade.

A autonomia política, proporcionou uma adequação do pequeno território do município às disponibilidades orçamentárias, ou seja, o poder local passou a traçar e desenvolver metas e prioridades específicas locais.

Nesse sentido, os desmembramentos efetuados no território de Faxinal do Soturno foram privilegiados em relação a aplicação de recursos por habitante, houve um considerável aumento o qual devido a diminuição do território aproximou e contemplou mais as expectativas do cidadão, além de possibilitar e dar condições próprias a cada município de traçar e executar suas diferentes prioridades contribuindo para uma integração e melhor qualidade de vida de seus habitantes.

CAPÍTULO VII

DESMEMBRAMENTOS: A CONSOLIDAÇÃO DE TRÊS NOVAS REALIDADES APROXIMANDO OS SERVIÇOS BÁSICOS AO CIDADÃO

7.1 - Faxinal do Soturno

Os desmembramentos de pequenos espaços territoriais, como o ocorrido no território faxinalense facilitaram sobremaneira a adequação dos respectivos locais a uma nova realidade física, econômica e político-social, contribuindo para uma ampliação na aplicação dos recursos por parte de seus respectivos governantes.

Além de proporcionar a autonomia política em suas respectivas prioridades, ao mesmo tempo, duplicaram o coeficiente de participação do território em relação à transferência obrigatório do FPM, principal retorno dos três municípios, conforme a TABELA 25.

TABELA 25 - Coeficiente de participação do FPM no território faxinalense.

Situação	Ano	Porcentagem
Antes dos Desmembramentos	1965	1,0
Após os Desmembramentos	2003	1,8

Fonte: Secretaria da Fazenda de Faxinal do Soturno.

Deve-se considerar que além do FPM há o retorno do ICMS, IPVA, IPTU e demais taxas. O FPM de Faxinal do Soturno estava situado em

1,0, porém com os desmembramentos de Dona Francisca (1967) e São João do Polêsine (1992), ambos entraram na faixa de 0,6, enquanto Faxinal do Soturno baixou para 0,8.

As emancipações contribuíram sensivelmente para a aproximação e oferta de serviços básicos essenciais aos cidadãos e à comunidade, além do território contar com mais recursos de transferências da União e Estado, a pequena extensão territorial e a proximidade entre governante e governado pode contribuir para uma relação mais direta permitindo uma melhor fiscalização na aplicação dos recursos por parte do cidadão, tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo.

O pequeno território apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento de uma ética em relação às aplicações dos recursos disponíveis por parte do poder local, ou seja, a proximidade propicia condições para uma transparência maior durante a gestão dos poderes constituídos.

Os desmembramentos ocorridos no território faxinalense, possibilitaram a descentralização política e esta ocasionou o aumento da oferta de serviços básicos essenciais à população, através do paulatino aumento do orçamento e da receita municipal e da conseqüente diminuição da demanda dos serviços básicos essenciais, conforme a TABELA 26.

TABELA 26 - Evolução da receita municipal de Faxinal do Soturno.

Ano	Valor monetário em R\$
1965	1.305.846,00
1975	1.674.398,00
1985	2.054.088,00
2003	6.661.465,00

Fonte: Secretaria da Fazenda do município de Faxinal do Soturno.

Pelos dados apresentados pela Secretaria da Fazenda, houve um considerável crescimento real em torno de 100% em 30 anos, sendo que neste período houve dois desmembramentos no território, 1967 Dona

Francisca, e 1992 São João do Polêsine, ocasionando a conseqüente diminuição da área e da população conforme a TABELA 27.

TABELA 27 - Demonstrativo do decréscimo da área e da população do território do município de Faxinal do Soturno.

Ano	População	Área
1965	12.000 habitantes	370 Km ²
1975	9.300 habitantes	265 Km ²
1985	10.300 habitantes	265 Km ²
1995	6.700 habitantes	181 Km ²
2003	7.000 habitantes	181 Km ²

Fonte: Secretaria da Administração do Município de Faxinal do Soturno.

A tabela acima demonstra uma diminuição da área em torno de 50% com os desmembramentos, enquanto a população diminuiu 44%. Entretanto a receita subiu 100% conforme a TABELA 2, isto permitiu um considerável aumento que ao longo dos anos beneficiou às diferentes áreas econômico-sociais e em relação a aplicação dos recursos do orçamento local nos principais serviços básicos essenciais conforme a TABELA 28.

TABELA 28 - Porcentagem da aplicação da receita do município de Faxinal do Soturno.

Ano	Educação	Saúde	Obras e Custeio
1965	21,26%	12,91%	43,17%
1975	26,33%	12,12%	34,48%
1985	23,74%	9,37%	36,40%
1995	25,94%	10,90%	25,03%
2003	27,00%	14,00%	28,08%

Fonte: Secretaria de Administração de Faxinal do Soturno.

A TABELA 4 demonstra pequena oscilação em relação à aplicação dos recursos do município em serviços básicos, entretanto aponta um investimento maior no início, na Secretaria de Obras e um conseqüente

aumento na área da educação, além de uma pequena diminuição na área da saúde e obras no final.

Deve-se considerar algumas variáveis com relação ao paulatino descréscimo do investimento em obras e a manutenção e acréscimo do orçamento da educação. Em 1965 o município aplicava 43,17% em obras, porém possuía uma área de 370Km², enquanto que em 2003 aplicavam um percentual de 25,03% numa área de 181Km², ou seja, menos da metade do território. A diminuição do território permitiu ao poder local adequar o orçamento as características e as peculiaridades do momento, ou seja, houve uma racionalização dos investimentos com uma acentuada prioridade na educação, entretanto a diminuição do percentual aplicado em obras não significa que esta Secretária não tenha importância no contexto local. A diminuição do território proporcionou um gasto menor em relação à conservação de estradas municipais, que servem ao interior, conforme a TABELA 29.

TABELA 29 - Estradas municipais de Faxinal do Soturno.

Situação	Ano	Quilômetros de Estradas
Antes dos desmembramentos	1965	106
Após os Desmembramentos	2003	49

Fonte: Secretaria de Obras de Faxinal do Soturno.

Além das estradas deve-se considerar os trabalhos de infra-estrutura e conservação de prédios públicos, iluminação pública oferecida aos distritos emancipados, que contribuíram para diminuir os gastos na Secretaria de Obras e Custeio.

De fundamental importância para a formação e o desenvolvimento de aptidões na população a educação mereceu um cuidado especial por parte do poder local, através dela são resgatados elementos essenciais para a formação do caráter do cidadão e de sua comunidade. Os

desmembramentos proporcionaram uma facilidade maior ao poder local adequar os gastos, além de poder aumentar o percentual em aplicação por aluno, possibilitando conforto anteriormente inexistente tais como transporte, merenda escolar além de um quadro de professores e funcionários capacitados para atender a demanda.

TABELA 30 - Investimento por aluno realizado pela Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno.

Ano	Número de alunos	Gasto por aluno em R\$
1965	585	674,56
1975	423	1.042,24
1985	456	1.069,38
1995	336	2.054,26
2003	400	2.440,00

Fonte: Secretaria de Educação do Município de Faxinal do Soturno.

A TABELA 5 nos apresenta um quadro em ascensão em relação aos recursos aplicados à educação básica, ou seja, a emancipação proporcionou ao município um paulatino aumento possibilitando a erradicação do analfabetismo, outrora existente no território conforme a TABELA 31.

TABELA 31 - Porcentagem de habitantes alfabetizados no município de Faxinal do Soturno.

Situação	Ano	Porcentagem
Antes da Emancipação	1959	88%
Após a Emancipação	2003	100%

Fonte: Secretaria da Educação de Faxinal do Soturno.

A descentralização política implementada através dos desmembramentos permitiu uma atenção mais particularizada em relação ao desenvolvimento de projetos específicos para a construção de obras através de parcerias do poder local e a transferência voluntária tanto da área federal quanto estadual. Nesse sentido houve um incremento após

os desmembramentos. Ambos os municípios conseguiram transferências para a construção de ginásios poli-esportivos, o território possuía apenas um ginásio, após os desmembramentos foram construídos mais três ginásios⁶⁶. A proximidade entre governante e governado contribuiu sensivelmente para o surgimento de uma ética por parte do Executivo em relação ao comprometimento da receita municipal, com a folha de pagamento, ou seja, a proximidade e a participação do cidadão contribuíram para ajudar a fiscalizar os governantes do município faxinalense. Nesse sentido ao longo dos anos o poder local conseguiu manter um equilíbrio entre os percentuais gastos com a folha de pagamento da máquina pública local.

TABELA 32 - Comprometimento da receita municipal com a folha de pagamento.

Ano	Porcentagem
1965	41,28%
1975	40,43%
1985	39,16%
1995	37,02%
2003	42,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda de Faxinal do Soturno.

Os números da TABELA 32 mostram uma pequena diferença para baixo em torno de 4%, dos gastos efetuados com a folha de pagamento, deve-se considerar que no período o território diminuiu 50% e a população 44%, a máquina administrativa foi se adequando às realidades físicas e históricas do momento mantendo um equilíbrio nos gastos do poder local. Os gastos efetuados pelo poder legislativo e gabinete do prefeito revelam o baixo comprometimento da receita aplicada nesta área, faz com que o cidadão que desempenha o papel de legislador, o faça para servir a comunidade e não para se servir dela.

⁶⁶ Secretaria de Administração de Faxinal do Soturno.

TABELA 33 - Custo médio e Porcentagem do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores e Gabinete do prefeito.

Ano	Porcentagem
1965	5,45%
1975	4,06%
1985	6,24%
1995	6,76%
2003	7,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda e Administração de Faxinal do Soturno.

Além dos gastos com os vereadores, estão incluídos os cargos políticos e de confiança ligados diretamente ao gabinete do Prefeito. A remuneração de dois salários mínimos por vereador permite manter este baixo índice dos gastos da Câmara, enquanto os cargos políticos de secretários têm seus vencimentos limitados em até oito salários mínimos, isso permite sobrar uma parcela mais significativa para o poder local aplicar os recursos em serviços básicos essenciais conforme a TABELA 34 demonstra.

Os desmembramentos de Dona Francisca (1967) e São João do Polêsine (1992) do território faxinalense contribuíram sensivelmente para a descentralização política e de serviços básicos à população. Além de motivar o cidadão a participação de seus respectivos espaços políticos, criou expectativas e ânimo principalmente ao agricultor residente no interior, o qual anteriormente dispunha de menos assistência técnica e de precárias estradas para possibilitar sua expansão e locomoção. Nesse sentido, ambos os espaços tiveram consideráveis benefícios após os desmembramentos, além de receberem as transferências obrigatórias do Estado e União, puderam organizar-se internamente, estabelecendo programas e definindo prioridades as quais reverteu principalmente em benefícios, tanto direto quanto indireto ao território e à população. O surgimento de dois novos espaços políticos e institucionais no território faxinalense possibilitaram o ingresso de mais recursos oriundos do poder central, ou seja, no território onde havia um retorno, passou a existir mais

dois, passando ambas as comunidades a organizarem-se e disporem de verbas anteriormente inexistentes, além de sua organização interna em seus respectivos espaços e passarem a dispor de recursos gerados no próprio local, ou seja, IPTU, ISSQN e IPVA.

Deve-se considerar as mudanças ocorridas no território após os desmembramentos. Nesse sentido, ao surgirem dois novos desmembramentos num território, são três novas realidades que se apresentam, pois o território de origem, também sofreu alterações ficando com novo recorte e uma nova população.

Entretanto, no caso específico de Faxinal do Soturno, os desmembramentos proporcionaram um aumento paulatino na arrecadação e nos gastos por habitante por parte do poder local conforme a TABELA 34.

TABELA 34 - Evolução da arrecadação e dos gastos por habitante no município de Faxinal do Soturno.

Ano	População	Gasto por habitante em R\$
1965	12.000	108,82
1975	9.300	180,42
1985	10.300	199,46
1995	6.700	397,23
2003	7.000	632,00

Fonte: Secretaria da Fazenda e Administração de Faxinal do Soturno.

A tabela acima apresenta um sensível decréscimo da população devido às emancipações ocorridas no território no mesmo período, o investimento realizado pelo Poder Público Local em relação a orçamento por habitante praticamente triplicou, dando condições para a Prefeitura oferecer mais infra-estrutura e serviços básicos essenciais ao cidadão.

A diminuição do território e o conseqüente aumento da capacidade de investimentos por parte do setor público em infra-estrutura tanto urbana quanto rural contribuíram sobremaneira para a extensão dos

serviços básicos ao setor produtivo, principalmente para o aumento da produção e produtividade nas propriedades rurais, passando o município a gerar mais recursos próprios podendo programar e adequar a aplicação de recursos às suas necessidades, contribuindo para uma melhor qualidade de vida para ao cidadão.

7.2 - Dona Francisca: Surge o Segundo Espaço Autônomo no Território.

Com o desmembramento dos 105Km² de Dona Francisca do território faxinalense, abre-se uma nova perspectiva para a população do novo município em relação às suas metas e prioridades.

Com a sua autonomia, o município passa a administrar o seu orçamento composto por transferências obrigatórias da União, o FPM, do Estado o retorno do ICMS e impostos municipais. Além de escolher seus representantes próprios para administrar o local. O desmembramento possibilitou um incremento em relação à aplicação de recursos do orçamento por parte do poder local, ou seja, de 1967 a 2003 houve um crescimento considerável do orçamento municipal, possibilitando mais investimentos em serviços básicos essenciais conforme a TABELA 35.

TABELA 35 - Evolução da receita de Dona Francisca em Reais.

Ano	Valor
1967	896.565,00
1977	1.274.260,00
1992	1.458.624,00
1995	1.650.000,00
2003	2.980.000,00

Fonte: Secretaria da Fazenda de Dona Francisca.

Entre outros os fatores que contribuíram para o aumento da receita municipal foram o aumento da área plantada de arroz em torno de 700 ha,

possibilitando um retorno maior de ICMS e o aumento paulatino nos percentuais do IR e do IPI que compõe o FPM. Deve-se considerar, entre outras causas, a introdução de novas técnicas proporcionada pelo escritório da EMATER, além de um acompanhamento personalizado por parte do poder local na conservação e construção de estradas, condição indispensável para o uso de toda a área disponível para o plantio de arroz no município, conforme a TABELA 36.

TABELA 36 - Área de arroz cultivada no município de Dona Francisca.

Situação	Área Plantada
Antes da Emancipação	1.300ha
Após a Emancipação	2.000ha

Fonte: EMATER de Dona Francisca.

O desenvolvimento agrícola estimulou o comércio local, o qual possibilitou um paulatino aumento da arrecadação de ICMS contribuindo para um decréscimo da dependência do FPM em relação ao orçamento, e uma participação maior dos recursos do ICMS e demais taxas na composição do orçamento municipal conforme a TABELA 37.

TABELA 37 - Composição do orçamento do município de Dona Francisca.

Ano	FPM	ICMS	Outros
1967	78%	14%	6%
1977	70%	21%	9%
1987	59%	25%	16%
1995	49%	31%	20%
2003	47%	30%	23%

Fonte: Secretaria da Fazenda de Dona Francisca.

Apesar do FPM se constituir na principal fonte do orçamento municipal em 1995, deve-se evidenciar o aumento paulatino do ICMS, que subiu 17% em 28 anos enquanto as demais taxas geradas no local subiram de 6% em 1967 para 20% em 1995, e o FPM teve a sua participação reduzida de 70% para 49%. O crescimento de taxas gerados no local significa que houve crescimento da atividade produtiva do município, ou seja, as diferentes fontes geradoras do ICMS agricultura, comércio e serviços, cresceram além das receitas locais IPTU, ISSQN e IPVA que são reflexos da própria economia do município. Deve-se considerar a capacidade do poder local em distribuir os recursos do orçamento, ou seja, o desmembramento proporcionou a condição do local em estabelecer e priorizar as metas a serem contempladas conforme as necessidades do momento. Nesse sentido o município manteve um equilíbrio na aplicação de recursos em setores básicos essenciais, conforme a TABELA 38.

TABELA 38 - Porcentagem da receita aplicada por Secretaria no município de Dona Francisca.

Ano	Educação	Saúde	Obras e Custeio
1967	22,72%	7,20%	54,33%
1977	19,14%	6,50%	49,21%
1987	17,11%	5,50%	47,70%
1995	24,49%	8,32%	51,18%
2003	26,00%	11,00%	46,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Dona Francisca.

Nesse quadro da TABELA 39, os percentuais aplicados estão isentos da folha de pagamento da máquina administrativa local, ou seja, do orçamento exclui-se a folha de pagamento dos funcionários e o restante é distribuído pela Secretaria conforme a tabela acima. Deve-se salientar que a Secretaria de Obras possui múltiplas atividades e em seu orçamento está incluída a manutenção de máquinas e equipamentos. Uma das peculiaridades e características em pequenos espaços locais e, no caso específico de Dona Francisca, é a capacidade do local em estabelecer uma ética em relação à aplicação do orçamento do município com sua respectiva folha de pagamento. Nesse sentido, o município franciscano, ao longo de sua emancipação, tem mantido sua folha de pagamento abaixo do limite estipulado pela “Lei Camata”⁶⁷, assim o poder local conseguiu equilibrar e manter a folha de pagamento pouco além de 1/3 da receita conforme a TABELA 39.

TABELA 39 - Percentual de comprometimento da receita municipal da folha de pagamento no município de Dona Francisca.

Ano	Percentual
1967	47,10%
1977	53,11%
1987	37,65%
1995	38,15%
2003	44,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda de Dona Francisca.

Outra característica de pequenos municípios é a pequena distância entre governante e governado que favorece uma relação entre os membros do Legislativo e o cidadão no sentido de adequação dos gastos deste poder em relação ao orçamento do município. Assim o Legislativo municipal tem agido conforme a disponibilidade financeira do orçamento, ou seja, os gastos com os cargos políticos do Executivo e a folha de

⁶⁷ A Lei Camata limita o gasto com pessoal entre União, Estados e Municípios em até 60% do orçamento.

pagamento do Legislativo nunca ultrapassando os 8% do orçamento municipal, restando mais recursos para serem aplicados em serviços básicos essenciais conforme a TABELA 40.

TABELA 40 - Porcentagem dos gastos realizados pelo Executivo, com cargos políticos e o poder Legislativo do Município de Dona Francisca.

Ano	Porcentagem
1967	5,10%
1977	5,80%
1985	6,25%
1995	8,40%
2003	7,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda de Dona Francisca.

O poder Legislativo e o Gabinete do Prefeito Franciscano ao longo de sua história têm-se mantido nos parâmetros de equilíbrio em relação aos seus custos para com o erário local. A remuneração dos vereadores varia entre 1,5 e 2 salários mínimos por mês, enquanto que os secretários e assessores do prefeito têm seus salários máximos entre 6 e 8 salários mínimos. Com o baixo custo da folha de pagamento dos cargos políticos do Executivo e do Legislativo sobram mais recursos para a aplicação em obras de infra-estrutura de serviços básicos essenciais ao território e à cidade conforme a TABELA 41.

TABELA 41 - Evolução da aplicação por habitante do orçamento da Prefeitura Municipal de Dona Francisca.

Ano	População	R\$ por habitante
1967	2.900	309,15
1977	3.200	395,21
1987	3.480	419,14
2003	3.880	554,35

Fonte: Secretaria da Fazenda de Dona Francisca.

A TABELA 41 apresenta um crescimento acentuado em relação à aplicação orçamentária por habitante no município de Dona Francisca,

isto significa que este aumento, na capacidade de investimento do poder local, reflete o crescimento orçamentário. A descentralização política implementada através do desmembramento do território franciscano de Faxinal do Soturno, se consolidou na medida em que a autonomia passou a ser exercida através do poder local, este traçando prioridades e adequando-as a suas realidades orçamentárias. De fundamental importância, proximidade entre governante e governado em pequenos espaços locais, reveste-se de peculiaridades e características específicas e próprias do município, ou seja, tanto o poder Executivo quanto o Legislativo são fiscalizados de perto pelo contribuinte, possibilitando uma cobrança maior e uma transparência melhor das ações do governante, tornando-se mais difícil o deslize e a falta de atendimento às reivindicações da comunidade.

7.3 - São João do Polêsine: a consolidação da descentralização política, através da aproximação de serviços básicos ao cidadão.

O desmembramento dos 84Km² do território polesinense do município de Faxinal do Soturno se consolidou na medida em que a instituição do poder local conseguiu estender ao local os benefícios dos serviços básicos essenciais à comunidade urbana e rural do novo município. Nesse sentido o pequeno território foi contemplado com a autonomia política à qual possibilitou ao local definir e estabelecer metas adequadas ao seu orçamento e a sua realidade própria, além de possibilitar a parceria com outras instâncias, tanto municipal quanto estadual ou federal. Assim a emancipação provocou uma nova perspectiva e alento à população do município a partir de 1993. Sua receita tem evoluído sensivelmente possibilitando um paulatino e

considerável aumento de recursos aplicados por habitante em infraestrutura e serviços básicos essenciais conforme a TABELA 42.

TABELA 42 - Evolução da receita e investimento por habitante no município de São João do Polêsine.

Ano	Receita em R\$	Gasto/Hab. em R\$	População
1993	923.676,00	329,88	2.800
1994	997.894,00	356,39	2.800
1995	1.075.978,00	384,28	2.800
2003	185.000,00	476,48	3.000

Fonte: Secretaria da Fazenda e Administração de São João do Polêsine.

O desmembramento de São João do Polêsine possibilitou ao local a autonomia política necessária para direcionar os investimentos possibilitando, num primeiro momento, a urbanização da cidade e do distrito de Vale Vêneto. Nesse sentido o paulatino aumento do orçamento conforme a tabela acima deu condições para o poder local aumentar a urbanização e melhorar as condições viárias da cidade. Assim foram realizadas e ampliadas obras básicas essenciais ao conforto e bem estar da população, ou seja, foram ampliadas as ruas com calçamento e infraestrutura, água, esgoto, além de iluminação pública e aumentando consideravelmente o número de ruas com estes benefícios conforme a TABELA 43.

TABELA 43 - Número de ruas com calçamento, iluminação e saneamento básico na cidade de São João do Polêsine.

Situação	nº de ruas
Antes da Emancipação	04
Após a Emancipação	17

Fonte: Secretaria de Obras de São João do Polêsine.

A emancipação do território polesinense possibilitou ao local a condição de priorizar os investimentos em relação à urbanização da cidade, como quadruplicar os benefícios proporcionados pelo saneamento

básico água, esgoto, calçamento, iluminação pública. Deve-se ressaltar a capacidade de negociação do poder local e estabelecer parcerias com a população da comunidade. Para a realização destas benfeitorias, dividindo os custos com estes trabalhos em três partes, cabendo uma parte de cada lateral do respectivo imóvel aos proprietários e a outra à prefeitura. De fundamental importância para o funcionamento do poder local são as transferências obrigatórias da União, FPM, e do Estado, ICMS, além do IPTU e demais taxas locais. Entretanto, do orçamento local, o FPM se destaca como a principal fonte de recursos do qual é composto o orçamento do município conforme a TABELA 44.

TABELA 44 - Composição do orçamento do município de São João do Polêsine.

Ano	FPM	ICMS	IPTU
1993	67%	26%	7%
1994	65%	27%	8%
1995	65%	25%	10%
2003	57%	30%	13%

Fonte: Secretaria da Fazenda de São João do Polêsine.

Apesar dos dados da tabela acima se referirem aos primeiros três anos de emancipação de São João do Polêsine, fica evidenciado a importância do FPM, contribuindo esta transferência com cerca de dois terços do orçamento municipal. De grande importância para a extensão dos serviços básicos essenciais à população, é a aplicação dos recursos do orçamento nas respectivas áreas, ou seja, como o poder local distribui e aloca os recursos do orçamento para a comunidade conforme a TABELA 45.

TABELA 45 - Porcentagem dos recursos do orçamento aplicado em serviços básicos essenciais em São João do Polêsine.

Ano	Educação	Obras e Custeio	Saúde
1993	24,15	35,76	9,41

1994	22,37	36,11	10,41
1995	21,90	37,15	8,70
2003	24,00%	39,00%	14,00

Fonte: Secretaria da Fazenda e Administração do Município de São João do Polêsine.

Pelos dados da TABELA 45 a Secretaria de Obras é contemplada com o percentual maior de recursos, isso ocorre devido às múltiplas atividades dessa Secretaria, tanto no setor de urbanização da cidade, vilas e distrito, quanto na área rural através da construção e conservação de estradas e pontilhões. Deve-se ressaltar a importância dada pelo poder local à educação no sentido de investimento neste setor além de construção de novas escolas para melhor conforto aos alunos. Houve um considerável aumento de recursos gastos por aluno por parte da Secretaria de Educação conforme a TABELA 46.

TABELA 46 - Gasto médio por aluno das escolas do município de São João do Polêsine.

Ano	Custo em R\$	Número de Alunos
1993	2.237,00	172
1994	2.204,00	166
1995	2.815,00	174
2003	2.918,00	211

Fonte: Secretaria da Educação de São João do Polêsine.

Deve-se considerar os benefícios instituídos pela Prefeitura Municipal em relação ao transporte escolar. Todo aluno de 2º grau residente no interior do município é contemplado com o transporte gratuito para a sede da mesma forma. O aluno que frequenta o terceiro grau recebe o mesmo benefício até à Universidade.

A aplicação de mais de R\$ 2.000,00 por aluno permite ao município manter um excelente atendimento aos estudantes, com ótimas escolas e um corpo de funcionários e professores qualificados, permitindo ao local manter um ensino de boa qualidade. A parceria do poder local com a

Secretaria Estadual da Saúde aproximou o atendimento tanto médico, quanto odontológico ao cidadão polesinense. Nesse sentido a cidade foi contemplada com a construção de um posto de saúde com 400 m² dotado com todo o equipamento necessário ao atendimento da população em geral. Assim o desmembramento possibilitou um melhor atendimento à saúde dos habitantes do território do município. Através de sua descentralização o poder local implementou a construção do posto da cidade e no distrito de Vale Vêneto conforme a TABELA 47.

TABELA 47 - Número de postos municipais de saúde em São João do Polêsine.

Situação	Número de Postos
Antes da Emancipação	0
Após a Emancipação	2

Fonte: Secretaria da Saúde de São João do Polêsine.

Uma das peculiaridades de pequenos espaços locais é a proximidade entre governante e governado, tal a característica permite a visibilidade dos atos do Executivo pela população do local. Nesse sentido tanto em São João do Polêsine como em Faxinal do Soturno e Dona Francisca encontramos um procedimento equilibrado em relação às despesas efetuadas com a máquina administrativa local, ou seja, aqui os gastos com a folha de pagamento estão no patamar de 1/3 do orçamento municipal conforme a TABELA 48.

TABELA 48 - Comprometimento da receita municipal com a folha de pagamento da máquina administrativa de São João do Polêsine.

Ano	Porcentagem
1993	32,88%
1994	33,16%

1995	34,57%
2003	38,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda de São João do Polêsine.

As despesas com o Legislativo e os cargos políticos não representam ônus elevado ao orçamento local, ou seja, há um equilíbrio de gastos efetuados tanto com o poder Legislativo quanto com os cargos políticos do Executivo e tem seu teto máximo fixado em até 8 salários mínimos. TABELA 49.

TABELA 49 - Porcentagem do orçamento gasto com o Legislativo e cargos políticos da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

Ano	Porcentagem
1993	4,94%
1994	5,61%
1995	5,97%
2003	6,55%

Fonte: Secretaria da Fazenda de São João do Polêsine.

Tomando por base o orçamento de 1995, pouco mais de 1 milhão de Reais, e um comprometimento em torno de 6% significa um gasto anual de pouco mais de R\$ 60.000,00 entre os cargos políticos e o poder Legislativo local. Ora isto significa menos do que percebe tanto um deputado estadual quanto federal, durante o mesmo período. Nesse sentido, em São João do Polêsine, os gastos com o Legislativo e funções políticas estão adequados a sua realidade orçamentária. A urbanização da cidade após o desmembramento permitiu a extensão dos serviços básicos essenciais a praticamente todas as residências do perímetro urbano, ou seja, além de toda infra-estrutura, calçamento, saneamento básico, água tratada e iluminação pública outrora existente porém, em menor proporção conforme a TABELA 50.

TABELA 50 - Porcentagem de residências do perímetro urbano de São João do Polêsine contempladas com serviços básicos essenciais.

Situação	Porcentagem
Antes da Emancipação	56%
Após a Emancipação	99%

Fonte: Secretaria de Administração de São João do Polêsine.

A grande vantagem das emancipações ocorridas no território faxinalense foi, sem dúvida, a maior e melhor oferta de serviços básicos essenciais ao cidadão do território. No período de 30 anos a população da área dos três municípios aumentou em torno de 8% de 12.000 habitantes para 13.000, enquanto os investimentos nos respectivos municípios aumentou de R\$ 108,00/habitante para R\$ 1273,00/habitante conforme a TABELA 51.

TABELA 51 - Evolução dos investimentos realizados por habitante e população do território do município de Faxinal do Soturno antes e após os desmembramentos.

Ano	População	Gasto/Habitante no território em R\$
1965	12.000 habitantes	108,82
1995	13.000 habitantes	1.273,00
2003	13.800 habitantes	1.340,00

Fonte: Secretaria da Fazenda e Administração dos municípios de Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine.

A tabela acima nos apresenta um crescimento demográfico praticamente estabilizado no período de 30 anos no território abrangido pelos três municípios. Isso deve-se, em parte, à imigração de um elevado contingente de filhos de agricultores residentes no interior destes municípios, que diante da falta de terra para expandirem a sua produção, transferiram-se para outras regiões, da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, além do oeste catarinense e paranaense e, mais recentemente para o Mato Grosso do Sul e Rondônia. Diante deste quadro se somarmos o

orçamento das três prefeituras e dividirmos pelo número de habitantes teremos um considerável aumento de investimentos por habitante tanto em infra-estrutura urbana e rural dos respectivos municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento e o estímulo do Estado ao poder local, deveria ser prioridade primeira de qualquer país cujo objetivo seria uma melhor qualidade de vida de seus cidadãos. Quando falamos em qualidade de vida, associamo-la à cidadania, cujo significado está numa íntima relação com a cidade e com as condições e ofertas de serviços básicos essenciais ali oferecidos.

Estamos vivendo num continente cuja essência é a democracia. Entretanto, há um longo caminho a ser percorrido para minimizar a terrível desigualdade social aqui existente. Encontramos países latino-americanos cuja população sobrevive com um percentual inferior a dois dólares diários, quantia insuficiente para a própria alimentação: Equador, 52% da população; Peru, 41%; Bolívia, 38%; Paraguai, 38%; Venezuela, 36%; Brasil, 29%; Colômbia, 28%; Argentina, 25%; Chile 20%. “Todos esses países possuem uma centralização política e uma acentuada migração interna dos pequenos locais para as grandes regiões metropolitanas”⁶⁸. O que fazer para reverter este quadro caótico que torna cada dia nossas grandes cidades mais violentas?

O conceito de educação é muito amplo, porém ele está inserido numa profunda relação com o espaço, o local e o momento histórico e cultural que é oferecido ao educando. O pequeno espaço possui características e peculiaridades que o diferenciam do grande território, havendo dessa maneira mais facilidades para descobrir sua real

⁶⁸ Ver RIVEIRO, Osvaldo de. **O mito do desenvolvimento.**

vocação. Essa questão é fundamental para uma educação adequada à vocação do local, ou seja, o educando desenvolve sua aptidão de acordo com as necessidades locais, não precisando migrar para os grandes centros.

Promovendo uma educação voltada para as necessidades próximas, o estímulo e a criação de uma identidade de produção de bens e serviços locais a preços mais baratos, agregar valores ao local, gerando empregos, indo contra ao processo de padronização de bens de consumo da sociedade globalizada.

Desenvolver consciência de identidades e vocações para interiorizar o desenvolvimento através da diversificação da produção, tanto agrícola quanto industrial, fortaleceria a economia local e o próprio cidadão, deixando este de ser apenas um consumidor de produtos de outras origens, indo para fora do local suas economias.

A saúde do cidadão está intimamente relacionado às condições de vida que ele encontra em seu local: o ar que ele respira, a água consumida, o trabalho, a habitação, lazer, os alimentos, enfim o microcosmo local apresenta peculiaridades e melhor facilidade para o cidadão ter uma vida mais saudável.

As relações humanas são complexas, porém as reais necessidades do coletivo social são determinadas pelo “*a priori*”, ou seja, a razão humana tem condições explícitas de oferecer alternativas e ordenar soluções objetivas para os grandes malefícios do centralismo político, tributário e econômico de nosso continente. As barreiras e dificuldades nas decisões cuja finalidade emperram o desenvolvimento tanto do cidadão, quanto do local, seriam melhor solucionadas se houvesse uma inversão nas relações entre o poder local e central.

A concretização e autonomia em conceitos, cujas definições estão longe do local e foram centralizadas, certamente, se fossem

descentralizadas restituíam liberdades e condições para um pleno exercício da cidadania, em serviços básicos essenciais como saúde, educação, justiça, entre outros.

A administração de conceitos e valores humanos fundamentais por parte do grande território asfixiam e deixam sem condições de desenvolvimento e infra-estrutura os pequenos locais, contribuindo para o êxodo rural, proporcionando o surgimento de grandes aglomerados urbanos, sem os serviços básicos essenciais aumentando o desemprego e a desigualdade social. O conhecimento das realidades está no interior do local e não fora. Nesse sentido, as vontades manifestam-se em formas e expressões cuja essência proporciona realidades que contemplam aspirações de uma coletividade. As emancipações são partes objetivas de um coletivo que procura ampliar o horizonte de liberdade, num contexto cada vez mais atrelado e complexo, na qual, o cidadão, como parte fundamental, deve receber uma formação crítica para o exercício das liberdades e da cidadania.

Todos nós, indistintamente, somos protagonistas e construtores de realidades cuja diversidade nos conduz por planos com intensa desigualdade no local. Entretanto, a cidadania só irá acontecer quando todos tiverem iguais possibilidades de acesso e participação nos serviços básicos essenciais: educação, saúde, trabalho e habitação. As realidades são transformadas, a utopia acontece na medida em que as vontades se materializam nas ações humanas, fio condutor que vai difundir valores e culturas para o desenvolvimento da cidadania.

A historicidade dos acontecimentos nos revela contextos na dimensão ideal e real, fenômenos imanentes, cuja expressão transforma e acolhe esperanças, vontades que conduzem o local a desenvolver suas peculiaridades culturais.

Espaços existem “*a priori*”, entretanto as condições e as formas de criação e desenvolvimento das relações objetivas e subjetivas são frutos

da vontade humana, que vão determinar valores morais e materiais, elementos fundamentais para a identidade e a cidadania.

A persistência e a luta pela autonomia política acontecida no território do município faxinalense deveriam servir de exemplo para milhares de outros municípios (do Brasil e da América Latina), marcados pelo centralismo político e econômico. A autonomia desenvolve as liberdades adormecidas, possibilitando ao local caminhar por estradas que conduzem às suas reais vocações, ou seja, proporciona condições ao local de investir em áreas cujas finalidades se identificam com suas necessidades.

A maior preciosidade do ser humano é a sua liberdade, cujo horizonte se amplia na medida em que suas relações na vida política, educacional e do trabalho tornam-se transparentes e servem para o bem estar coletivo.

A formação integral do cidadão acontece no local, ou seja, sua variação e suas expectativas são frutos da família, da escola e de seu local.

Nesse sentido, a importância da identidade do local vai servir como um fio condutor para o cidadão nas relações do trabalho, educação entre outros, fazendo com que ele ali permaneça e não migre para os grandes centros.

A falta de um maior incentivo para os pequenos locais ocasiona um rápido crescimento das metrópoles latino-americanas. Fruto da intensa migração, essas cidades estão com um elevado índice de desemprego. Em torno de 20% e 30% moram em sub-habitações sem saneamento básico, com elevado grau de violência. Todo esse quadro caótico poderia ser resolvido através de uma política de descentralização e um incentivo à interiorização, principalmente de ocupação de grandes extensões de terras devolutas que estão sob a guarda dos Estados.

A criação e o fortalecimento de pequenos municípios com até 10.000 habitantes seria uma alternativa para desafogar os grandes centros urbanos, cuja qualidade de vida se deteriora a cada dia, devido, principalmente, à dificuldade de oferecer os serviços básicos essenciais.

Quantos milhões de empregos seriam criados se fosse autorizada a criação de mais 5.000 municípios no Brasil? Certamente acabaria com esta terrível chaga social, desconcentraria as grandes regiões metropolitanas, diminuiria a poluição, a violência, entre outros.

É preciso educar para transformar esta realidade, a auto-estima provém da estabilidade e da tranquilidade que o cidadão encontra em seu espaço de vida. Suas expectativas e necessidades devem estar próximas, para uma melhor qualidade de vida. A Itália com pouco mais de território do Rio Grande do Sul possui quase 8.000 municípios. O Brasil com o triplo da população italiana e mais de 20 vezes o seu território possui apenas 5.600 municípios. Além de promover e desenvolver a cidadania, quantos milhões de empregos seriam criados, se em 10 anos se duplicassem ou triplicassem o número de municípios brasileiros?

Os desmembramentos ocorridos no território faxinalense proporcionaram a implementação e a descentralização de políticas voltadas principalmente para a oferta de serviços básicos essenciais às respectivas comunidades. De fundamental importância para a ampliação destes benefícios, as emancipações abriram novos espaços à participação das respectivas comunidades, ou seja, a abertura de três novas realidades políticas possibilitou o aproveitamento de profissionais de nível superior, qualificando os serviços prestados pelos poderes públicos aos cidadãos e às comunidades. Nesse sentido as Secretarias contrataram médicos, engenheiros, agrônomos e professores para administrarem seus territórios, possibilitando um melhor atendimento à comunidade. Deve-se considerar a participação do cidadão local em sua grande maioria na formação dos quadros de funcionários das distintas

prefeituras, permitindo, para tanto, o aproveitamento da mão-de-obra local. O grande trunfo das emancipações ocorridas no território faxinalense foi o paulatino aumento do orçamento verificado ao longo do período, em ambos os municípios, o que proporcionou condições de ampliar os investimentos em infra-estrutura e serviços básicos essenciais.

No período pós emancipatório, deve-se ressaltar a importância da pesquisa agrícola desenvolvida pela EMATER, cujo resultado permitiu a introdução da fruticultura no interior dos três municípios. As condições satisfatórias do clima permitem o crescente cultivo da laranja, banana, ameixa, uva e caqui, além de outras em menor escala, produtos anteriormente comprados fora dos respectivos municípios.

No território onde havia um retorno, passou-se a contar com mais dois, aumentando consideravelmente a participação dos municípios nas transferências, tanto estadual quanto federal. A divisão política do território aumentou a capacidade de oferta a setores básicos essenciais principalmente na urbanização, educação, saúde e interiorização da assistência técnica à agricultura contribuindo para a diversificação de culturas e o aumento da produtividade nas lavouras.

Esta diversificação de culturas e aumento da produção proporcionou o aumento da renda do pequeno agricultor e o conseqüente retorno dos tributos, o qual permitiu aumentar consideravelmente o orçamento dos respectivos municípios, dando-lhes maior capacidade de investimentos em infra-estrutura e serviços básicos essenciais. Além de se constituir a base da economia dos três municípios, a diversificação agrícola proporcionou a autonomia em relação ao consumo dos produtos básicos produzidos no território, ou seja, não há evasão de divisas para suprir a demanda local, sendo esta suprida pela oferta produzida no próprio território.

A proximidade entre governante e governado contribuiu e facilitou sensivelmente para um melhor controle do cidadão e da comunidade

sobre os atos do Executivo e Legislativo, e, ao mesmo tempo, oportunizou uma adequação específica de cada local às suas peculiaridades e características, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos habitantes dos respectivos municípios com a oferta de serviços básicos essenciais.

De grande importância política e cultural no sentido da preservação de valores e culturas foi a formação do bloco de municípios denominado “Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul”, cujos componentes são: Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Agudo e Restinga Seca. A formação deste bloco contribuiu para o desenvolvimento de políticas entre os respectivos municípios e também a nível de governos estadual e federal. Deve-se considerar a pressão realizada pelo bloco junto ao governo estadual no sentido de interligação asfáltica entre os referidos municípios e o sistema rodoviário estadual. Nesse sentido já contam com tal benefício os municípios de Dona Francisca, Silveira Martins, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno e Nova Palma, Agudo e Restinga Seca estando em projeto de execução as ligações com os municípios de Ivorá e Pinhal Grande. Além de conquistas junto a órgãos governamentais nas áreas de agricultura, saúde e educação, devemos salientar o convênio realizado entre o governo italiano através do Consulado Geral de Porto Alegre, com o município de Faxinal do Soturno, no sentido de oferecer gratuitamente professores para o ensino da Língua Italiana a quem interessar, propiciando a difusão do aprendizado aos jovens e adultos residentes no território da Quarta Colônia.

Com a ampliação das liberdades democráticas surge um novo horizonte nas descentralizações de políticas em nosso país. Nos últimos dez anos foram criados mais 1.400 municípios. Os governos locais continuam sendo o nível mais descentralizado do Estado, o mais penetrável pela sociedade civil e o mais acessível aos cidadãos.

Enquanto unidade de análise, o município deve ser entendido como expressão peculiar de relações de produção específicas, que não se reduz a simples réplica das relações globais de poder. Entretanto, o grande mérito do surgimento e fortalecimento do poder local é a possibilidade do acesso do cidadão aos serviços básicos essenciais, cuja maior ou menor oferta, possibilita as contradições gerando uma crescente politização e organização partidária em torno dessas reivindicações, as quais expressam novos movimentos sociais e urbanos.

Com o surgimento dos três espaços políticos locais, os reflexos positivos estão amplamente implícitos entre a instância econômica, política e ideológica. Quanto ao acesso à tecnologia e diversificação nas culturas agrícolas, além do surgimento de pequenas agroindústrias, houve um considerável aumento de renda do agricultor, possibilitando uma demanda maior por bens de consumo, incrementando o comércio e gerando empregos e renda aos respectivos locais.

O microcosmo político local possibilitou o surgimento de uma nova cultura política baseada numa transparência maior das relações, a participação do cidadão e a cobrança das necessidades básicas do coletivo.

Desafogo de constantes tensões entre o interesse social e o mercado, o poder local consegue desenvolver alternativas conciliatórias em conceitos e valores, cuja história tem nos revelado realidades e momentos difíceis.

A valorização dos espaços locais refletem particularidades cuja imanência está profundamente vinculada ao desenvolvimento humano com suas tradições, história, culturas, hábitos e capacidades de desvelamento de realidades. Palco de diversidades, visões e interpretações subjetivas, de manifestações nas quais as diferenças são próprias e necessárias, a natureza humana, com suas particularidades e

renovações constantes, assemelha-se à física, cuja aparente desordem conduz ao equilíbrio e harmonia.

A análise de realidades são números e metáforas, cuja interpretação deve ser permanentemente discutida. Entretanto visões e condições concretas de relações são elementos cuja existência e essência, podem e devem ser constantemente avaliados para, dessa maneira, construir e desenvolver a cidadania.

Assim, as emancipações ocorridas no território faxinalense contribuíram de certa forma para a autonomia local, criando condições para cada município desenvolver sua criatividade, oportunizando ao município definir suas metas e prioridades, contribuindo para um melhor conforto e qualidade de vida da população em geral.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria, H. T. **Federalismo e políticas sociais**. RBCS. São Paulo, n. 28, ano 10, junho de 1995.

Aristóteles. **Política**. Trad. de Mário de Samos Kury, 2. ed. Brasília: Ed. U.N.B., p. 9.

Arquivo da Câmara Municipal de Faxinal do Soturno.

Arquivo da Câmara Municipal de Dona Francisca.

Arquivo da Câmara Municipal de São João do Polêsine.

ARRETCHE, Marta T. S. **Descentralização, democracia, reforma do Estado e bem-estar: conceitos que não se equivalem**. Caxambú/XIX ANPOCS, 1995, mimeo.

AZEVEDO, Thales. **Italianos e Gaúchos**. Porto Alegre: Gráfica Editora A Nação, 1975.

AZZONI, Carlos Roberto e IRAÍ, João. **Do censo demográfico, novos municípios e reforma tributária: impacto sobre as finanças municipais**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: 27 (3):50-61, jul. Set. De 1993.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Bobbio Norberto, **Estado Governo Sociedade Paz e Terra** 1999

Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 19, dezembro de 1976, p. 7.

BOMFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul**. Ed. Rainha, p. 11.

BREMAEKER, François E. J. **A Evolução do F.P.M.: principal fonte de recursos do município**. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: v. 40, nº 209, p. 77 - 90, out./dez. de 1993 - a.

_____. **Os municípios brasileiros frente a reforma tributária**. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: v. 42, n. 215, p. 94 - 103, abr./jun. de 1995.

_____. **Os novos municípios brasileiros instalados entre 1980 e 1990**. Rio de Janeiro: Ibam, 1991 - a.

_____. **Os novos municípios brasileiros**. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: v. 38, n. 200, p. 82-90, jul./set. De 1992 - b.

_____. **Os novos municípios: surgimento de problemas e soluções**. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: v. 40, n. 206, p. 88 e 89, jan./mar. de 1993 - c.

_____. **Perfil das receitas municipais**. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: v. 41, n. 75, p. 75 - 88, out./dez de 1994.

_____. **Precauções na análise de dados em nível municipal**. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: v. 40, n. 207, p. 93 - 99, abr./jun. De 1993 - b.

CASTRO, José Nilo de. **O poder regional - autonomia municipal e constituinte**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 21(1):2-9, jan./maio de 1987.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Governo local, processo político e equipamentos sociais: um balanço bibliográfico**, Bib. Rio de Janeiro: n. 25, 1º semestre de 1988.

Corrêa Darciso A Construção da Cidadania—Reflexões Histórico Políticas. Ijuí, :Editora Unijui

Correio do Povo. 16 de maio de 1997.

COSTA, Rovílio. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul**. 1976.

Descentralização e Política Social no Estado de São Paulo - tendências e perspectivas. Revista Cepam. São Paulo: ano II, n. 1, jan./mar. de 1991.

Diário Oficial do Rio Grande do Sul, 20 de junho de 1990, p. 4.

FISCHER, Tânia (org.). **Poder local - governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1993.

GASPARINI, Diógenes (org.). **Município e distrito: criação e espaço físico**. São Paulo: F.P.h. - Cepam, 1984.

HESSEL, José Ribeiro. **A criação de municípios no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: I.G.V. - Escola Brasileira de Administração Pública, 1976.

Jornal do Dia, 08-06-60.

Jornal do Povo, 28-05-59.

Jornal do Povo, 24-07-59.

IBGE - Escritório Regional de Santa Maria.

MANFROI, Olívio. **La colonization italienne au Rio Grande do Sul et ses implication économiques, politiques et culturelles** (polígrafo). 1973.

MINCARONE, Marcelo. **Emancipação: liberdade para prosperar**. Rio Grande do Sul: Assembléia Legislativa, 1991.

Mill, J.S., Sobre a Liberdade Vozes, 1995

NORONHA, Rudolf de. **Emancipações municipais: como ficam os municípios de origem?** Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: v. 42, n. 214, p. 67-80, jan./mar. de 1995.

RIVEIRO, Osvaldo de. **O mito do desenvolvimento**. Petrópolis-RJ. Vozes : 2002.

RUBI, Cristiam. **Introdução a Filosofia Política**. p.17

SANTOS, Fabiano Guilherme M. **Microfundamentos do clientelismo político no Brasil: 1959 - 1963**. Dados, Rio de Janeiro: v. 38, n. 3, 1995, pp 559-96.

Secretaria da Educação de Faxinal do Soturno.

Secretaria da Fazenda de Faxinal do Soturno.

Secretaria da Administração de Faxinal do Soturno.

Secretaria da Agricultura de Faxinal do Soturno.

Secretaria de Obras de Faxinal do Soturno.

Secretaria da Educação de Dona Francisca.

Secretaria de Obras de Dona Francisca.

Secretaria da Fazenda de Dona Francisca.

Secretaria da Educação de São João do Polêsine.

Secretaria da Fazenda de São João do Polêsine.

Secretaria da Administração de São João do Polêsine.

Secretaria de Obras de São João do Polêsine.

SOUZA, Celina Maria de. **Democracia, participação social e funcionamento das instituições: situação e perspectiva da federalização do desenvolvimento**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: 26 (3):15-35 Jul./set. de 1992.

SOUZA, Maria Luisa de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SPONCHIADO, Breno. **Imigração e quarta colônia**. Ed. UFSM, p. 58.

TEIXEIRA, Eleanaldo. **Ações coletivas e poder local - um mapeamento**. Cadernos do CEAS, n. 154, nov./dez. de 1994.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. **“Explosão Municipal”**. Campinas - SP: 1995. Mimeo.